



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4th MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 24 - Nº 454 - DE 09 A 25 DE MAIO DE 2013 - R\$ 3,00

**Professores/SP em greve:
Inflexibilidade do governo Alckmin (PSDB) exige
maior radicalidade dos professores grevistas**

**Municipais/São Paulo:
Quebrar a resistência de Haddad com a greve**



**Responder com luta a convocação
dos estudantes da Unifesp para
depor na justiça.**

**USP: Promotoria torna ainda pior
acusação para mover o processo
contra os estudantes**

**Responder a crise econômica
com um programa proletário**



Combater os ataques sionistas de Israel à Síria

Oposição revolucionária a Dilma

Política Operária

Desequilíbrios econômicos, disputas interburguesas e necessidades dos explorados

A previsão governamental de crescimento entre 4% a 4,5% do Produto Interno Bruto neste ano já não se mantém. Os organismos da burguesia encarregados de acompanhar as tendências econômicas esperam uma taxa de 3% para baixo. Considerando o pequeno crescimento de 2012, 4% não seriam robustos. Abaixo desse patamar, tem-se o agravamento das tendências recessivas.

A persistência do fraco crescimento acabará por atingir o nível de emprego, que para os padrões da economia brasileira tem sido surpreendentemente baixo, considerando a taxa oficial de desemprego nacional de 5,5%. O setor da indústria é o que primeiro tem refletido a retração. As demissões nas fábricas começam a despontar como um dos perigos mais fulminantes para os assalariados.

Embora a produção de manufaturas tenha sido atingida pela crise mundial aberta em 2008 e aprofundada na Europa no último período, o setor de comércio e serviços não sentiram os impactos. O consumo continua aquecido. A classe média vem gastando à vontade. O “baixo” desemprego tem permitido que parcelas dos assalariados frequentem os supermercados e empórios com uma assiduidade não vista nos anos de 1980 e 1990. No entanto, a persistência do crescimento raquítico acabará por afetar mais duramente os postos de trabalho e os salários. Essa é a tendência predominante.

É dessa avaliação deve partir o movimento sindical. Não é o que está ocorrendo. A classe operária foi convencida durante os últimos dez anos de que a economia brasileira havia se solidificado e que teria um “crescimento sustentado”. A derrocada mundial desfez a ilusória propaganda do governo de Lula (PT) na possibilidade de uma longa estabilidade do capitalismo. Mas os explorados ainda não se deram conta. A burocracia e o caudilhismo lulista lhes tapam os olhos para não enxergarem o horizonte.

O governo de Dilma Rousseff está de frente com as forças da anarquia social da produção, que derrubaram os Estados Unidos do pedestal, que vêm arruinando países inteiros na Europa e que não parará no velho continente. Mas não somente o governo da burguesia se defronta com tamanha virada na economia, como também a classe operária que cria toda a riqueza e que paga inteiramente pela desintegração econômica do capitalismo.

A burguesia detém a iniciativa de criticar, polemizar, propor e exigir do seu governo ações de proteção aos seus negócios. E não há ação que não acabe atingido os explorados. Um exemplo: a desoneração da folha de pagamento atinge a previdência que logo mais será motivo de novas reformas antipopulares. As medidas ditas populares, como a da redução da conta de luz e rebaixamento da taxa de juros para os pequenos produtores, servem para acobertar o gigantesco subsídio fiscal dado às multinacionais e setores

nacionais do grande capital.

Parece normal que a classe operária fique na expectativa, uma vez que a burguesia é a classe que controla a economia e o Estado. Não há, porém, nada de natural na atitude passiva dos explorados. Poderiam tomar a iniciativa antes mesmo de as frações capitalistas se movimentarem em torno de medidas ou então ao mesmo tempo. A classe operária assim não se comporta politicamente porque não conta com um poderoso partido revolucionário e porque suas organizações sindicais estão burocratizadas e estatizadas pelas suas direções adaptadas à burguesia.

As centrais e os sindicatos não têm feito outra coisa senão agirem por cima da classe operária para que esta permaneça alheia à evolução da crise e aguarde as ordens da burocracia para apoiar esta ou aquela exigência das multinacionais.

No entanto, sob os pés da maioria explorada se abrem fendas, que poderão se transformar em precipícios. Estão aos nossos olhos os exemplos da Espanha, Portugal e Grécia. As massas, fundamentalmente a classe média, também foram embaladas pelos empréstimos, endividamentos e consumo desenfreado. A classe operária desorganizada pela política das direções pró-capitalistas não teve como se precaver lutando com um programa próprio contra os governos da burguesia espanhola, portuguesa, grega e europeia.

As experiências de outros países devem ser observadas e assimiladas. A crise capitalista se desenvolve no seio da ordem mundial, mas com ritmos distintos. O Brasil vem sendo arrastado sem grandes turbulências. O que ainda permite ao governo do PT manobrar e manter parte das ilusões na fortaleza econômica do País. No entanto, não está livre de chegar ao estágio de uma Espanha. A política do proletariado, guiada pelo marxismo, parte das tendências gerais da crise para seguir o seu desenvolvimento particular no Brasil. Eis por que a ausência do partido organizado no seio da classe operária não possibilita que se oponha ao curso da desintegração econômica, à política governamental e à burguesia de conjunto.

A breca no ritmo do crescimento em fins de 2008, a queda brusca no ano seguinte, a elevação em 2010 e a descida nos anos seguintes estremeceram os pilares da política econômica definidos no governo de Fernando H. Cardoso, com o Plano Real. O primeiro e parte do segundo mandato de Lula se processaram escorados nos pilares da estabilização dos anos 90. Dilma Rousseff, por sua vez, não tem como fazer o mesmo.

O equilíbrio estabelecido com o ordenamento montado pelo Fundo Monetário Internacional e pelo governo do PSDB se rompeu. A persistência do baixo crescimento vem modificando as relações dos fatores fiscais, monetários, cambiais, empregatícios e salariais que serviram à estabilidade provisória, alcançada especialmente a partir de 2003. A infla-

ção força passagem. As importações crescem muito mais que as exportações. Os produtos agroindustriais e as matérias primas ganham espaço em relação aos manufaturados na pauta do comércio exterior. A dívida interna voltou a crescer. Esses fatores começaram a se modificar no final do governo Lula. Mas sob Dilma se agravaram.

As divergências interburguesas aumentam o tom. Sem que a oposição liderada pelo PSDB, contudo, consiga expressar os interesses conflitantes. Setores da burguesia querem que Dilma aperte a política fiscal e monetária. Ou seja, que corte gastos públicos sociais, ataque o funcionalismo já arrochado, volte a reformular a previdência e eleve as taxas de juros. Não deixam de apregoar abertamente a contenção do consumo, o aumento da taxa de desemprego e redução salarial. Consideram esgotadas as medidas fiscais de apoio a setores empresariais.

O governo tem protegido principalmente o setor monopolista da economia, portanto, as multinacionais. Mesmo assim, o resultado tem sido o de não derrubar de vez o crescimento econômico. Os atritos interburgueses em torno da política econômica tendem a avançar. O que se desdobrará em crises políticas. Os trabalhadores se ressentem da alta do custo de vida e do rebaixamento salarial.

As greves operárias nas obras do PAC (Belo Monte, Santo Antonio, Jirau) ocorreram devido à situação particular de exploração. É possível que a breve greve dos metalúrgicos da GM de Gravataí tenha indicado um descontentamento mais geral, que está se formando entre os explorados. Nesse exato momento, os professores do ensino público fundamental e médio de São Paulo estão em greve diante de um gover-

nador inflexível. Isso na situação em que as condições do funcionalismo em geral são degradantes. A necessidade dos explorados se unirem em luta se colocará com mais clareza e urgência.

O aspecto fundamental da nova etapa da crise econômica e política está em que a burguesia, liderada pelo capital monopolista, atacará mais amplamente as condições de trabalho dos explorados e estes terão de responder.

A burocracia sindical sente que a sua confortável posição está mudando. A frente política de apoio ao governo Dilma, que uniu PT, PSB, PDT e PCdoB - e assim estabeleceu um pacto entre a CUT, Força Sindical e CTB -, está em processo de ruptura.

No 1º de Maio, a Força Sindical criticou a incapacidade do governo de controlar a inflação e levantou a bandeira de reajuste automático trimestral assim que o aumento dos preços atingirem 3%. A ousada demagogia criou alvoroço no PT e na CUT, que estão obrigados a manter a política econômica do governo e a trabalhar, a qualquer custo, por ele nas eleições de 2014.

O trabalho de propaganda e agitação em torno das bandeiras dos explorados urbanos e oprimidos do campo é que permitirá organizar a parcela combativa e classista, contrapor-se às manobras governamentais, denunciar a reação burguesa opositora e contrapor-se à via conciliadora da burocracia sindical. As reivindicações voltadas a combater a alta do custo de vida, as demissões, a fome e miséria potenciam a luta de classes e permitem organizar a vanguarda proletária em torno das tarefas de superar a crise de direção construindo o partido marxista-leninista-trotskista.

Que crise política é essa?

A PEC 33/2011, do deputado federal Nazareno Fonteles (PT), criou um mal estar entre o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Congresso Nacional. Os ministros do STF, Marco Aurélio Garcia e Gilmar Mendes, taxaram a medida como uma tentativa de limitar o poder do Judiciário e uma retaliação política às suas decisões sobre a inconstitucionalidade de determinadas matérias e ao julgamento do mensalão.

A discórdia tomou forma diante da aceitação de Gilmar Mendes da liminar da oposição questionando a legalidade da emenda aprovada na Câmara Federal sobre o fundo público de campanha e distribuição do tempo eleitoral nos meios de comunicação. O PSDB e PPS, da oposição, se alinharam com o PSB e PDT, da base governista, para brecar a ofensiva do PT, PMDB, PSD e DEM (oposição). Conseguiram esvaziar a sessão do Senado e logo em seguida Gilmar Mendes suspendeu a emenda. Assim, a Câmara Federal foi desautorizada, o Senado impedido de retomar a votação em uma nova sessão e o governo Dilma, empenhada na medida, desmoralizada. A oposição derrotada no Congresso, obteve a vitória no Supremo.

Os petistas tiraram da gaveta a PEC 33 e a aprovaram num relance na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara.

Em resumo, a PEC 33 estabelece um quórum de 4/5 dos votos do plenário do STF para decidir sobre a inconstitucionalidade de uma lei ou norma. Quanto à emenda constitucional, o Congresso poderá rechaçar a decisão do STF em uma votação

com quórum de 3/5. Se vencer a votação contrária à decisão do Supremo, o Congresso tem de submetê-la a uma consulta popular. E no caso da chamada “súmula vinculante”, somente poderá ser estendida para todas as instâncias do Judiciário depois do Congresso Nacional aprová-la em um prazo de 90 dias.

Como se vê, se tais medidas fossem aprovadas, os juízes do STF perderiam força política. Nisso reside o conflito.

A liberdade do Supremo de interferir no processo legislativo é tão grande que bastou a decisão de um juiz, Gilmar Mendes, para anular a votação da Câmara Federal e proibir o Senado concluir a sua definição.

O deputado Nazareno Fonteles enumera as interferências do Supremo e as caracteriza como “doenças invasoras” (o parlamentar petista é médico). Eis: “a mudança na Constituição quando à fidelidade partidária; a derrubada da verticalização das eleições; a suspensão liminar da lei dos royalties depois da derrubada do veto; aprovação da súmula vinculante que legislou sobre o uso de algemas; redução da vagas de vereadores; suspensão liminar da emenda dos precatórios; decisão sobre a lei do Fundo de Participação dos Estados e a suspensão liminar da tramitação do projeto de lei sobre o fundo partidário.”

O deputado se esqueceu da mais importante ingerência legislativa do STF: estabelecer condições para a greve no funcionalismo, criando assim uma lei antigreve. Certamente, nesse ponto, os

tais democratas fecham os olhos e acham ótimo que os juízes reacionários tomem para eles o trabalho imundo.

“A doença invasora” corresponde à fraqueza do parlamento brasileiro e de seus partidos. A mediocridade dos parlamentares e o corporativismo dos partidos burgueses expressam a classe capitalista oligárquica, parasitária e subserviente ao imperialismo. Não por acaso boa parte da história da República brasileira está marcada por regimes antidemocráticos e golpistas. O executivo tem de governar por cima do parlamento. Esse é tão-somente uma caixa de ressonâncias dos interesses de distintos grupos burgueses e de distintas regiões. O Judiciário quase sempre serviu ao poder executivo, não passando de um auxiliar do regime centralista autoritário. Essa é a característica de fundo da democracia no Brasil.

Ocorre que, com o fim da ditadura militar e com a “democratização”, os partidos da burguesia pretenderam montar um sistema mais equilibrado de poderes, segundo os preceitos abstratos da democracia clássica. Mas um país de capitalismo marcado pelo desenvolvimento tão desigual, tão oligarquizado, tão concentrado, tão hostil aos explorados e tão sujeito às determinações do imperialismo não tem como concretizar uma democracia sustentada pelo equilíbrio entre os três poderes. Sempre um poder se superpõe ao outro.

Um fenômeno político, porém, se manifestou neste período de democratização – a chegada do PT e a formação de um governo burguês sob a forma do caudilhismo lulista. Esse fato afetou a estrutura de poder condicionada pelo executivo. Tornou possível um STF atuante na vida política. De certa maneira, a Polícia Federal procurou fazer o mesmo, mas foi disciplinada.

Tem sentido o argumento de que o Judiciário intervém legislativamente graças à inoperância do Congresso. Em muitos aspectos, a Constituição de 1988 manteve em aberto aspectos que deveriam ser regulamentados. O Congresso não o fez. Mas isso vale para determinados casos, como o de estender a lei

antigreve para o funcionalismo. Não é disso que os parlamentares oficialistas reclamam, mas sim da interferência nas disputas entre governo e oposição.

O Supremo se tornou refúgio do PSDB e de seus aliados. Descobriu-se que é possível “judicializar a política” e “politicizar a justiça”. Nas condições de crise latente do regime político e quanto mais esta se manifesta, mais as tais separações desaparecem. O Judiciário não expressa apenas os interesses gerais da classe capitalista, em cuja base está a propriedade privada dos meios de produção e a exploração do trabalho, mas também os interesses particulares de grupos dominantes.

Não teve transcendência o fato de Lula ter nomeado boa parte dos juízes, para que o PT não fosse garroteado. O Supremo é uma das instituições da oligarquia capitalista. Está propenso a responder de acordo com os condicionamentos históricos da grande propriedade. O PT é um partido provisório que tem servido à burguesia. Mas a serve por meio de uma coligação de forças com o PMDB. Nas relações políticas conturbadas, o STF vem atuando como um instrumento de contrapeso ao poder minoritário do PSDB, que tem uma base empresarial considerável.

O julgamento do Mensalão foi um acontecimento inédito na história do Supremo. Constituiu-se em um tribunal político de condenação do PT, que se mostrou incapaz de reagir. Agora, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara resolveu apresentar a PEC 33 elaborada em 2011. Os seus integrantes não imaginaram que seria imediatamente engavetada. Bastou os mais destacados juízes se rebelarem para que o Senado e a Câmara Federal se curvassem vergonhosamente.

A dupla do PMDB – Renan Calheiros e Henrique Eduardo Alves – foi bem de mansinho ao gabinete de Gilmar Mendes para pacificar os ânimos. A PEC 33 teve o fim esperado – engavetada. A calma do presidente do Senado corresponde à tentativa de se chegar a um ponto em que o Congresso não fique tão desmoralizado.

A classe operária está diante de ataques das multinacionais

Responder com a unidade nacional proletária

A brevíssima greve dos metalúrgicos da GM de Gravataí (RS) obteve um reajuste salarial de 9,5% (a reivindicação era de 12%), um abono de R\$ 3.000,00 e um PLR de R\$ 9.650,00, com a condição de que os trabalhadores cumpram 100% a meta estipulada. A jornada é a mais longa entre as montadoras. Somente em 2014 passará para 40 horas. A produtividade é elevada – 1.200 carros por dia. O piso salarial de R\$ 1.200,00 é menos que dois salários mínimos. Em poucas horas, os operários pagam o custo de sua força de trabalho e no restante da jornada criam um enorme excedente de valor (mais-valia). Para melhorar seus lucros, a GM conta com a política de subsídio fiscal do governo Dilma Rousseff (PT). A multinacional norte-americana, assim, usa e abusa dos trabalhadores brasileiros.

Juntamente com as outras montadoras, a GM detém um enorme poder sobre o Estado.

A greve convocada pela Força Sindical não foi para valer. Foi usada apenas para obter o mínimo, diante da escandalosa diferenciação salarial e trabalhista em relação às montadoras sediadas no Estado de São Paulo. A montadora jogou com o

abono e com o malfadado PLR, que é uma forma de evitar o aumento do salário e dos encargos trabalhistas. A burocracia sindical auxilia o patronato a driblar os assalariados com o PLR e abonos.

Mas a greve da GM mostrou um problema mais geral – o da diferenciação em relação às montadoras de São Paulo. O que rompe o princípio trabalhista de “*trabalho igual, salário igual*”.

As multinacionais saíram do eixo Rio-São Paulo, buscando em outros estados melhores condições para explorar a força de trabalho. O desenvolvimento econômico do País, a elevação de outros estados a mercados consumidores, com a expansão da classe média, possibilitou uma descentralização. Os governos, por sua vez, ganharam força para oferecer vantagens para a instalação de novas plantas industriais. As multinacionais, com seu enorme poder financeiro e com seu controle dos ramos fundamentais da produção, impõem suas condições de lucratividade. Contam com o governo federal e com os governos estaduais para transferir suas atividades a regiões mais

vantajosas.

A burguesia paulista reclama da chamada “guerra fiscal”, que permite os governadores dos estados menos industrializados se valerem de subsídios para atrair empresas e movimentarem negócios. Mas todos estão de acordo que as multinacionais usem nacionalmente o território e a força de trabalho para rebaixarem os custos trabalhistas.

Recentemente, a GM de São José dos Campos demitiu quase 600 metalúrgicos e impôs a redução do piso salarial de R\$ 3.100,00, para R\$ 1.800,00, a ser aplicado aos novos contratos. É uma afronta às leis trabalhistas e um golpe profundo em conquistas dos metalúrgicos.

Uma das ameaças da GM foi a de fechar a unidade de São José e transferir sua produção para outras unidades. De certa maneira, parte da ameaça se cumpriu com o fechamento de um setor inteiro. As medidas contra os metalúrgicos de São José dos Campos visam ao objetivo geral de deprimir os salários em toda a cadeia de montadoras e autopeças. O isolamento do sindicato dirigido pela CSP-Conlutas foi um crime da burocracia da CUT e da Força Sindical.

Que a burguesia brasileira e o governo estejam do lado da multinacional não é de estranhar, o problema está no fato dos sindicatos e das centrais sindicais permitirem que esta se utilize de seu poder econômico para impor um padrão de exploração do trabalho e destruir conquistas trabalhistas.

Há algum tempo, a classe operária vem sendo pressionada a aceitar perdas de direitos e a se sujeitar ao método de explo-

ração baseado na “flexibilização do trabalho”. Os assalariados são acusados de contarem com uma proteção (CLT) que se tornou arcaica diante dos novos patamares de produção, produtividade e globalização. É o caso das prevenções contra demissões injustificadas (multa de 40% sobre o fundo de garantia, aviso prévio), dos pisos, das faixas salariais, das jornadas de trabalho fixas, etc.

Os capitalistas querem uma reforma trabalhista que lhes permitam contratar e demitir sem custos, que possam impor em suas unidades condições particulares de trabalho. É parte dessa investida a descentralização industrial das multinacionais e o desmonte de unidades onde encontra resistência operária.

Resposta operária – Contrato coletivo nacional do trabalho

As lições da GM de São José dos Campos são claras no sentido de que a classe operária está sendo dia a dia fragmentada em seus direitos. É necessário travar a luta pelo Contrato COLETIVO NACIONAL DO TRABALHO. O princípio do TRABALHO IGUAL, SALÁRIO IGUAL deve ser defendido a ferro e fogo. O PISO SALARIAL deve ser equiparado em todas as montadoras pelo maior valor pago. A “flexibilização do trabalho” tem de ser rechaçada por ser uma forma de a burguesia aumentar a exploração e proteger seus lucros. A terceirização deve ser abolida e todos os operários incorporados pela empresa.

Marcha do dia 24 a Brasília

A disposição de luta das massas e a política rebaixada e distracionista das direções

No dia 24/04, ocorreu a Marcha à Brasília construída pelas entidades que compõem o Fórum dos Servidores, Públicos Federais, Centrais Sindicais (Conlutas/Intersindical), Espaço de Unidade de Ação e movimentos populares e a entidade estudantil Anel. De acordo com a informação exitista dos organizadores, a marcha reuniu em torno de 20 mil pessoas. O ponto de concentração e início da marcha foi em frente ao Estádio Nacional Mané Garrincha, seguindo até a Esplanada dos Ministérios e finalizando no Congresso Nacional.

A marcha foi importante para demonstrar a disposição de luta dos trabalhadores contra as medidas antipopulares do governo Dilma e a retirada dos direitos conquistados a duras penas pelo movimento operário e sindical, e outros enfrentamentos com os governos federal, estadual e municipal e com as direções sindicais e centrais burocratizadas que cumprem o papel de freio das lutas, de desmonte de greves, de fechamento de acordos e negociações rebaixadas, omissão diante da criminalização dos movimentos, da polícia política do governo do PT e outras tantas traições à classe trabalhadora.

O mote central da marcha era a denúncia das medidas econômicas do governo, com o foco para o Acordo Coletivo Especial (ACE), anulação da reforma da previdência, Fora Feliciano, em defesa do direito de greve e outras reivindicações econômicas e democráticas. Várias faixas e bandeiras com consignas em defesa dos direitos dos trabalhadores, fim do fator previ-



denciário, reforma agrária, moradia, contra a EBSERH, 10% do PIB para educação pública, protesto com relação à situação da saúde, a homofobia, mensalão, corrupção, criminalização dos movimentos e outras tantas reivindicações.

É preciso ter clareza dos posicionamentos contrários ao ACE, ou qualquer outra forma de flexibilização dos direitos trabalhistas, bem como do conteúdo empregado à questão da reforma da previdência de 2003. Não basta apenas registrar que forças internas do PT recuaram do ACE, particularmente no contexto em que se desenha o cenário das eleições de 2014, bem como não podemos aceitar a postura da burocracia

sindical da CONLUTAS/PSTU na GM em São José dos Campos que levou à demissão de 598 trabalhadores. A luta contra o ACE e a derrubada da previdência não pode se limitar às ações superestruturais como seminários, debates, palestras ou diletantismo, ações legalistas ou proposições de plebiscitos e abaixo assinados deslocados da ação direta. Essas ações têm sido fragmentadas, despolitizadas e não têm conseguido potencializar a luta.

Observa-se que cresce no interior dos movimentos de base classistas uma insatisfação com a postura da CSP/CONLUTAS que segue com atitudes burocratizadas, carreiristas dos aparatos sindicais e vários outros desvios detectados nas fileiras da Central que tenta se afirmar como alternativa a CUT governista e com um profundo nível de burocratização e traição a classe trabalhadora. O PT a CUT e outras tantas organizações caíram no pântano da colaboração de classe com a burguesia. A marcha foi limitada em seus aspectos políticos e organizativos, marcada pela uma desorganização e dispersão. Vários setores fizeram manifestações em espaços diferentes, alguns no MTE, no MEC e outros em frente à Secretaria de direitos humanos, tudo de forma fragmentada. Ficou muito clara a segmentação da luta. É necessário caminhar para além da marcha, tirar um calendário de lutas com paralisações, bloqueios, ocupações e fortes mobilizações dos trabalhadores.

A coluna do Andes na marcha

O Andes/SN, principal sindicato contribuidor financeiro das ações da CSP/CONLUTAS, se organizou com representações de várias docentes das seções sindicais dos Estados da Federação, com a campanha de filiação intitulada “um a mais é muito mais”: reunindo forças, conquistamos nossos direitos. Realizou um ato conjunto com outras entidades ligadas à educação em frente ao MEC com a participação da Fasubra, Sinasefe e ANEL, rearticulação da campanha dos 10% do PIB para a educação pública e revogação da EBSEH e outras pautas. Foi entregue o resultado do plebiscito contra a EBSEH, em que 60 mil votaram contra a privatização dos hospitais universitários. Em seguida, fez o lançamento do “Dossiê nacional sobre a precarização das condições de trabalho I - Cargos, vagas e Reuni: os efeitos da expansão quantitativa da educação federal”. As intervenções das entidades reforçavam as ações dentro dos marcos das instituições burguesas com uma orientação política rebaixada,

Manifesto do POR à Marcha de 24 de Abril

Em defesa do direito irrestrito de greve!

Em defesa das reivindicações dos trabalhadores e demais explorados!

Abaixo as medidas antipopulares do governo Dilma Rousseff (PT)

Há um ano, o Governo Dilma Rousseff (PT) enfrentava uma greve nacional dos professores das Instituições Federais de Ensino (IFEs), dos estudantes e servidores de diversos órgãos federais. Fez-se de tudo para que as categorias de servidores aparecessem divididas diante do governo, para dessa forma enfraquecer a luta. O Governo Dilma manobrou de todas as formas para afogar o movimento grevista, seja pelo cansaço seja concedendo míseros aumentos, que de fato não

expressando uma política defensiva frente aos ataques a classe explorada. Convém destacar o sepultamento da medida provisória 595/2012 que vinculava parte das receitas com royalties do petróleo ao financiamento da educação, um acordo entre os parlamentares da oposição e do governo, deixaram perder sua vigência. A medida provisória perde sua eficácia no próximo dia 12 de maio de 2013. Mais uma demonstração da necessidade de arrancar com luta as reivindicações dos trabalhadores.

A Anel e a manifestação “Fora Feliciano”

A coluna da Anel na Marcha contra a homofobia e pelo Fora Feliciano foi performática, com apresentação teatral de casamento gay e o famoso “beijaço”. Na verdade, a política da Anel é a demonstração do profundo distracionismo da entidade. Critica o governismo da UNE, mas não apresenta uma alternativa revolucionária ao movimento estudantil. A Anel simplesmente se calou diante dos processos e perseguições aos estudantes da USP, não defende consistentemente a educação e a universidade pública, passa ao largo da luta contra o ensino privado e a necessidade de sua expropriação, aposta em métodos estranhos à luta de classes e desloca o problema das opressões da necessidade de organização, mobilização e luta dos estudantes em torno de um programa proletário.

O Partido Operário Revolucionário na Marcha

Foi importante participarmos da marcha, demonstra a inserção do Partido no seio da luta de classe e dos movimentos sociais. Os militantes presentes saíram das bases das categorias que atuam nos estados em que o POR se constrói. É o reconhecimento do Partido Operário Revolucionário (POR), que atua nas categorias da educação e saúde como oposição minoritária de base nos sindicatos e outras entidades. Comparecemos de forma organizada com faixa que expressavam a defesa do direito irrestrito de Greve e a bandeira do partido, distribuímos o manifesto do partido com as consignas e a política revolucionária. Nossa participação nos aufere a justeza da avaliação precisa do ato e das tendências no seio da luta de classe. O POR se coloca contra o divisionismo incrustado no seio do movimento operário e sindical e defende a unidade na luta. A marcha, embora com todas as limitações, pode se constituir num passo impulsionador da luta com base no método da ação direta das massas.

correspondiam às necessidades das categorias em luta. De toda sorte, os servidores públicos federais, professores, técnico-administrativos e estudantes mostraram disposição de luta frente aos ataques dos sucessivos governos contra as condições de trabalho e direitos.

A marcha do dia 24/04 ocorre após um ano desse movimento grevista nacional. Os motivos são muitos para a nossa luta: 1) as condições de trabalho e ensino nas IFEs continuam

as piores e o governo Dilma editou a Lei 12.772/12, que cria a “nova carreira”, com perdas de direitos e imposição do Funpresp (Previdência Complementar); 2) A Reforma da Previdência, aprovada em

2003, pelo Governo Lula (PT) está sendo aplicada para restringir ainda mais o acesso à aposentadoria e aos benefícios da Previdência e Seguridade Social, com o chamado fator previdenciário e o governo já discute novos ajustes legais, em desfavor dos trabalhadores; 3) a chamada reforma agrária não avançou, ao contrário os dados indicam na verdade o crescimento do agronegócio, latifúndio, a concentração de terras e a desnacionalização; 4) a repressão às greves cresce, como, por exemplo, a utilização da Guarda Nacional (criada no Governo Lula) para reprimir os trabalhadores grevistas das obras do PAC, e a Justiça burguesa impõe aos grevistas de todo país a Lei Antigreve, isto é, restrições cada vez maiores ao exercício da greve; 5) a matança de camponeses pelos latifundiários e a criminalização dos movimentos sociais no país tornaram-se ainda mais brutal.

O Partido Operário Revolucionário (POR) se junta aos trabalhadores, servidores federais, estudantes, professores e camponeses na Marcha à Brasília, em defesa dos direitos, dos salários, da previdência pública, da saúde, da educação, da moradia e da terra aos pobres do campo. Não podemos, en-

tretanto, nutrir qualquer ilusão no Estado, nos governos e nas suas instituições (como, por exemplo, o STF). Nossos direitos e reivindicações, como a derrubada da Reforma da Previdência, só serão conquistados pela via da ação direta (greves, manifestações, bloqueios, ocupações), através da luta e de nossas próprias forças. Jogar a confiança nas instituições do Estado (Governo, parlamento, judiciário) significa enveredar por um caminho que levará à derrota dos trabalhadores. A força da classe operária e demais explorados está na sua unidade, organização, mobilização e luta. O POR defende:

- Previdência e Seguridade Públicas, pela derrubada da Reforma da Previdência!
- Educação e universidade públicas, estatização do ensino privado, sem indenização!
- Sistema único de saúde 100% público e estatização do sistema privado, sem indenização!
- Terra aos camponeses, fim do latifúndio!
- Não ao pagamento da dívida externa e interna!
- Salário mínimo vital, redução da jornada de trabalho sem redução dos salários, escala móvel das horas de trabalho e de salários!
- Direito irrestrito de greve, abaixo as medidas antigreve do governo e da Justiça!
- Combate à criminalização dos movimentos sociais!

A Seca na Bahia está sendo usada de forma oportunista por Wagner

O governador Wagner (PT) tem fortes pretensões em lançar o nome de Rui Costa (PT), atual secretário da casa civil, para a sucessão do governo em 2014, apesar das resistências de frações internas do PT que articulam outros nomes, dentre eles, o de Sergio Gabrielli (PT), ex-presidente da Petrobrás e atual secretário do planejamento do referido governo, mesmo sob a mira das denúncias das obras da refinaria de Abreu Lima em Pernambuco, é cotado na disputa interna petista ao próximo pleito governamental.

Após várias críticas da oposição ao governo com relação ao descaso com os graves problemas da seca na Bahia e a ausência de obras estruturantes para reduzir e prevenir os efeitos da dura estiagem, bem como as pressões dos movimentos sociais atingidos por ela, dentre eles o MST no abril vermelho e os pequenos agricultores e pecuaristas, o governo apresentou o Comitê Estadual de convivência com a Seca, coordenado exatamente por Rui Costa, que usa deste comitê para construir sua plataforma política. Em 24/04 foi apresentados em audiência pública na Assembleia Legislativa os projetos e programas “Água do Sertão”, construção de 350 barreiros e algumas adutoras do Rio São Francisco e do vale do Parnaíba, barragem e outras ações, que beneficiam os grandes proprietários e frações capitalistas que atuam no solo baiano em resposta às provocações da bancada de oposição ocorrida no plenário do dia 08/04, cujo tema principal foi a seca na Bahia. Continuam, por outro lado, com as mesmas ações paliativas em relação ao campesinato e pequenos agricultores. O coordenador do comitê tem percorrido toda a Bahia, se reunindo com os prefeitos, para apresentar as ações paliativas do comitê e estabelecer as devidas articulações políticas num verdadeiro vale-tudo para

se manter no poder e na estrutura burguesa.

Governo Wagner afirma que, por conta da seca, só poderá dar 2,5% aos servidores

No dia 29/04 foi encaminhado à Assembleia Legislativa o projeto de lei que define o reajuste salarial de 2,5% aos servidores públicos do Estado da Bahia. Várias categorias anunciaram indicativos de greve, a exemplo da saúde e dos docentes das quatro universidades estaduais da Bahia. Os servidores da Secretaria Estadual de Saúde (SESAB) e os médicos do serviço móvel de urgência (SAMU) paralisaram suas atividades por 24 horas. Realizaram manifestações no dia 30/04 em frente à Assembleia Legislativa (AL), com faixas, cartazes, pirulitos. Algumas faixas se colocavam contra o processo de privatização da saúde no estado da Bahia. Com o lema “No carnaval da saúde veja o nosso refrão: concurso público sim, privatização não”, o movimento mostra ainda suas limitações, que expressam a política da direção do Sindsaúde de orientação política do PCdoB e da CTB, base aliada do governo Wagner. Em todas as rodadas de negociação, tem ocorrido uma rejeição das bases em suas assembleias, à revelia das direções.

No 1º de maio, Wagner se reuniu com as direções das entidades e sindicatos, para mais uma rodada de negociação, considerando que todos haviam recusado a proposta dos 2,5%, ponderando que a inflação teve o índice de 5,8%, portanto, o índice proposto pelo governo é um absurdo. Wagner justifica que a seca é a responsável por tudo que tem acontecido, aumento da inflação, elevação de preços dos produtos básicos e que o governo tem tido gastos estratosféricos com as ações de convivência com a seca. Esse discurso é falacioso e esconde a

inoperância dos governos, anos a fio.

O cenário da seca no semiárido baiano

A Bahia enfrenta a pior seca das últimas décadas, a seca no semiárido baiano já computa graves prejuízos para a agricultura, a elevação da cesta básica e a pecuária, que registra 1 milhão de bois mortos, ou seja, um terço do rebanho bovino foi dizimado pela falta de água nos pastos. Com a morte dos bovinos, a produção de leite foi afetada em torno de 70% na região e 100% em outros municípios, além de graves problemas para os municípios que decretaram estado de emergência. O Estado baiano possui o maior número de criação de gado do nordeste. O programa “água para todos” é um canto da sereia, mais favorece as empreiteiras do que a população. De acordo com as pesquisas, o governo terá de construir 211 cisternas por dia, ou seja, quadruplicar o ritmo das obras. Há duras críticas ao governo federal e estadual com relação a sua política de recursos hídricos, o mesmo tem drenado os recursos em favor dos proprietários de terra e de capitalistas locais. Não foi construída nenhuma barragem de porte durante o governo de Wagner, optando pelo caminho eleitoreiro de construir cisternas, aquém das necessidades dos 417 municípios. O semiárido baiano é o que mais sofre com as consequências da seca, a política do governo se volta mais para os projetos de irrigação do que para o atendimento da população, que necessita de água para viver.

Os trabalhadores da cidade e do campo e os camponeses sentem na pele os problemas da seca, com a falta de água, ali-

mentos e outras necessidades básicas. Os números refletem essa dura realidade enfrentada por todos que dependem do cultivo e da agricultura familiar. A produção de milho, feijão e mandioca está quase zerada, a mamona teve uma queda de 80%, o sisal teve uma grande perda de 80% na produção, a fruticultura não foge à regra, com grandes perdas devido aos baixos índices de produção, a queda média do maracujá é de 25%. Outro problema enfrentado pelos pequenos e médios agricultores é que o crédito emergencial está fechado desde março e muitos estão totalmente endividados e não conseguem atender as exigências impostas pelos bancos financiadores, tendo de provar para os técnicos suas necessidades e possibilidades. Quem pensa que os temporais resolveram os problemas da estiagem se enganam, está longe disso, atualmente 267 municípios declararam situação de emergência devido à seca, sendo 251 concentrados no semiárido baiano. As chuvas e temporais nessas regiões não foram suficientes para resolver os problemas da estiagem. A chuva melhorou o nível das barragens, porém só serviu para amenizar temporariamente o consumo de água das pessoas. As previsões indicam que a seca persistirá até novembro.

O Partido Operário Revolucionário (POR) continua desenvolvendo sua campanha, denunciando a indústria da seca, o descaso dos governos a serviço do grande capital, as medidas paliativas e defendendo as reivindicações dos trabalhadores e camponesinato, articulada à resposta revolucionária ao problema da seca.

1º de maio em Salvador/BA Contra o circo sindical organizado pelas centrais sindicais governistas (CUT, CTB, Força Sindical), o Partido Operário Revolucionário (POR) participou do ato organizado pela Conlutas

O 1º de maio, dia dos trabalhadores, é um dia de luta em defesa das reivindicações dos explorados e pelo socialismo. Assim, os revolucionários utilizam essa data para organizar o proletariado e demais explorados sob as bandeiras do Programa de Transição que devem necessariamente transformar a luta puramente econômica de defesa da vida das massas oprimidas em luta pela transformação radical de toda a sociedade, enfim, pelo socialismo. Não é o que a burocracia governista, reformista e nem a centrista fazem.

Não é de hoje que os burocratas sindicais governistas e pelegos utilizam o 1º de maio como dia de arregimentar a maioria explorada com shows, sorteios, e comida para distrair a classe operária das questões centrais da luta de classes e ganhar votos nas próximas eleições. Utilizam o palanque para exaltar o governo burguês de Dilma, o caudilho Lula e as migalhas dadas aos trabalhadores. Esquecem-se de dizer, entretanto, dos bilhões dados às multinacionais, da reforma trabalhista, da crescente repressão aos movimentos sociais, do fim dos assentamentos, das privatizações, tudo obra do governo petista nessa década no poder.

Mas, com o aprofundamento da crise econômica capitalista e seus reflexos na economia brasileira, o governo petista terá de atacar cada vez mais os direitos já conquistados pelos trabalhadores e não poderá se vangloriar mais de qualquer migalha concedida. A CUT e a CTB montam seu circo sindical nesse

sentido. As críticas feitas pela Força Sindical ao governo petista são todas hipócritas e servem unicamente para arrancar votos das massas descontentes para os candidatos do PDT.

Por outro lado, as centrais sindicais dirigidas pelas correntes de esquerda (Intersindical e Conlutas) não contrapõem os explorados ao sistema burguês, partindo das reivindicações mais sentidas e imediatas por meio do programa transitório. Ao contrário, constituem-se apenas como uma alternativa de esquerda ao PT e seu governo. Fomentam nas massas as mesmas ilusões de que é possível surgir um governo dos trabalhadores, ou socialista, como chamam, a partir das eleições. Todo o discurso da esquerda reformista e centrista tem como fim a necessidade da constituição de uma frente de esquerda para disputar as eleições. Nisto reside a incapacidade dos reformistas e centristas de organizar os trabalhadores em um pólo classista e socialista contra o governo Dilma (PT) e o conjunto da classe dominante.

O Partido Operário Revolucionário (POR) defende um 1º de maio combativo, classista, operário, anti-imperialista e socialista que una a classe operária e demais explorados em torno da luta por emprego, salário, terra, educação, saúde e moradia. Defende um **SALÁRIO MÍNIMO VITAL (R\$ 4.000)**, que atenda as mínimas necessidades de uma família de 4 pessoas e que seja reajustado automaticamente de acordo com a inflação por meio da **ESCALA MÓVEL DE SALÁRIOS**. De-

fende a **ESCALA MÓVEL DAS HORAS DE TRABALHO**, que significa dividir todas as horas de trabalho entre todos os aptos a trabalhar, sem redução salarial, para pôr fim ao desemprego. Contra as mortes dos camponeses e operários lutadores defende a criação de **TRIBUNAIS POPULARES** para julgar os crimes da burguesia do campo e da cidade e a **ALIANÇA OPERÁRIO E CAMPONESA** para impulsionar a luta dos sem-terra contra os latifundiários, expropriar os latifúndios e realizar a **REVOLUÇÃO AGRÁRIA**. Respondemos à crise da educação pública e a mercantilização do ensino com a defesa da **EXPROPRIAÇÃO SEM IDENIZAÇÃO DE TODA A REDE PRIVADA DE ENSINO E CONSTITUIÇÃO DE UMA ÚNICA REDE PÚBLICA E GRATUITA, QUE UNA TEORIA E PRÁTICA E SOB O CONTROLE DOS QUE ESTUDAM E TRABALHAM**. Contra os processos e perseguições aos lutadores por meio da intimidação e criminalização dos movimentos sociais, defendemos: **ABAIXO A LEI ANTIGREVE E FIM DE TODOS OS PROCESSOS**. Contra o intervencionismo militar do imperialismo nos países oprimidos, levantamos a bandeira de defesa da **AUTODETERMINAÇÃO DOS POVOS OPRIMIDOS**. Enfim, defendemos que a classe operária, nesse 1º de maio, levante seu programa socialista de destruição do capital e defesa de uma nova sociedade sem classes, isto é, o **SOCIALISMO**. Para isso precisamos construir o **PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO (POR)**, seção brasileira do **COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA QUARTA INTERNACIONAL (CERQUI)**, que dirigirá maioria nacional

oprimida rumo a **REVOLUÇÃO PROLETÁRIA** e constituição da **DITADURA DO PROLETARIADO**.

Em Salvador/BA, o POR participou do ato realizado pela Conlutas no dia 30/04, feito com o objetivo de se dirigir aos trabalhadores que passavam pela movimentada Praça da Piedade. Avaliamos que a decisão foi acertada, visto o pequeno número de militantes das forças que participaram do ato (POR, PSTU, PSOL, Conlutas e Anel). Porém, é preciso entender que o pequeno número de militantes (vanguarda), dissociado do movimento operário, se deve principalmente ao divisionismo existente no movimento operário, fortalecido inclusive pelo PSTU e PSOL, que construíram suas centrais sindicais ao seu modo e semelhança. E que os sindicatos dirigidos por eles não fez um trabalho de convocação do 1º de maio.

De nossa parte, temos consciência de que não temos responsabilidade pela divisão do movimento operário, responsabilidade unicamente das burocracias governistas, reformistas e centristas. Ao contrário, defendemos a constituição de uma única central operária, baseada na democracia operária, que centralize as lutas nacionalmente em torno das reivindicações dos explorados. Também compreendemos a necessidade de fundir o Partido Operário Revolucionário (POR) com a classe operária como parte da luta pela revolução socialista. Neste ato, distribuímos nosso panfleto dedicado ao 1º de maio, fizemos intervenções, divulgamos o nosso Jornal Massas e nos aproximamos dos trabalhadores explicando nossas ideias, programa e consignas.

Rio Grande do Norte

1º de maio: a burocracia de esquerda demonstra seu eleitoralismo

O Dia do Trabalhador convocado pela CSP-Conlutas em Natal realizou-se no dia 30 de abril e foi marcado pelo eleitoralismo do PSTU e das correntes que gravitam em seu entorno. O ato teve a concentração na subida do Baldo, no centro da cidade, e contou com a presença de, no máximo, 100 pessoas. A maioria dirigente sindical e militante de partidos políticos ou organizações da esquerda oposicionista ao governo federal.

Na concentração, antes de começar a passeata, foi cantado o Hino da Internacional Comunista que, apesar da distribuição da letra do Hino para os presentes pela diretora do Sintsef (Sindicato dos Servidores Federais), militante do PSOL, pouquíssimos cantaram. Várias organizações estavam com boletins no ato expressando suas opiniões políticas sobre o 1º de maio e as tarefas colocadas para o momento.

O Movimento Revolucionário (MR), dissidentes do PSTU, esteve presente defendendo o enfrentamento com o governo Dilma (PT/PMDB/PCdoB), muito bem caracterizado como burguês, e defendendo uma campanha de denúncia do capitalismo, da burguesia e seus demais governos estaduais e municipais. A nota do MR termina chamando “a afirmar um campo independente dos trabalhadores” e criticando a unidade com a burocracia governista (CUT/PT, CTB/PCdoB, Força Sindical/PDT) em seminários e fóruns permanentes, caracterizados pelo MR de superestruturais. Provavelmente é uma crítica voltada ao PSTU, o MR não deixava claro.

O Bloco de Resistência Socialista-sindical e Popular (BRS) estava com uma nota sendo distribuída pelos antigos integrantes do GAS (Grupo Ação Socialista) e LSR (Liberdade, Socialismo, Revolução) ambas as organizações internas ao PSOL. A nota defendia a unificação das lutas, uma análise do agravamento da crise mundial, seu reflexo no Brasil através da volta da inflação, criticava a criminalização dos movimentos sociais para a realização de megaeventos (era assim que chamava a Copa, Olimpíadas, etc), Fora Feliciano e termina defendendo “a realização de um Encontro Nacional da Classe Trabalhadora da cidade e do campo” com objetivo de definir “um novo (novo?) calendário, novas formas de organização e contribuir para o processo de reorganização sindical e popular”. Chamou-nos a atenção a solidariedade do Bloco aos metalúrgicos da GM de São José dos Campos, criticando a redução do piso salarial e a “flexibilização” da jornada de trabalho, sem no entanto, criticar a direção do sindicato/PSTU.

O BRS (GAS/LSR) e o MR têm em comum não criticar diretamente o PSTU. Isso ocorre porque todo o palavreado de unificação das lutas, unidade e bloco anticapitalista dessas organizações nada mais é do que a união eleitoral para 2014. O campo independente dos trabalhadores do MR, seus gritos pelo anticapitalismo e defesa inconsequente da ação direta é sob a estratégia do “governo dos trabalhadores apoiado” (negrito nosso) em suas organizações de luta”. Portanto, não é o

governo operário-camponês exercido pelas próprias massas, a ditadura do proletariado, saído da insurreição armada. Mas um governo apoiado pelos trabalhadores, é uma estratégia eleitoral. O MR rompeu com o PSTU mas manteve a sua política. Esse é o motivo que sua crítica à aliança do PSTU com a CUT/PT e CTB/PCdoB é porque é superestrutural e não porque não é baseado em um programa de luta dos trabalhadores. A afirmação da unidade como superestrutural ou estrutural não esclarece os fundamentos políticos da aliança do PSTU com a burocracia governista.

O BRS fala de unificação dos trabalhadores, mas, em 2011, quando dirigia o Sindsaúde do Estado através do GAS, em plena greve de vários setores do funcionalismo público no RN, negou-se a se somar na luta. Semelhante a 2012, a direção do Sindsaúde/GAS-PSOL, só defendeu a greve em 2011 quando todas as categorias do funcionalismo estadual estavam terminando ou já haviam terminado suas greves. Portanto, não há unificação. A unificação do BRS (GAS, LSR) é direcionada a constituição de uma unidade eleitoral para 2014 com o PSTU. Eis na verdade o conteúdo do chamamento. Esse é o motivo que não responsabiliza a direção dos metalúrgicos da GM em São José dos Campos - SP (PSTU) de assinar um acordo neoliberal de flexibilização do trabalho e demissões.

A unidade eleitoral sem princípios conduz à construção de alternativas políticas que fortalecem as ilusões democráticas dos trabalhadores em uma mudança positiva de sua situação através das eleições e, portanto, reproduz e mantém o sistema capitalista. Não importa o quanto de socialismo e gritos de anticapitalismo essas organizações exalem.

PSTU, Amanda Gurgel e a postura dos revolucionários no parlamento burguês

O PSTU compareceu com uma representação de militantes. A grande parte de sua militância, inclusive trazida de outros estados para assessorar o trabalho de Amanda Gurgel, estava trabalhando na Câmara de Vereadores onde estava havendo sessão. O PSTU tem jogado pouco peso nas atividades da CSP-Conlutas no RN porque perdeu sua direção. Sua grande comemoração ao Dia do Trabalhador foi no dia 1º de maio na inauguração da sua nova sede, com feijoada e presença da sua estrela eleitoral. Na sua nota, fez críticas ao governo federal do PT e chamou a reedição da Frente de Esquerda para 2014.

O fato do BRS (GAS, LSR), o PSTU e o bloco anticapitalista (?) do MR estarem chamando, no início de 2013, a unidade eleitoral para 2014, demonstra a política eleitoralista dessas organizações políticas.

A grande ausência no ato foi de Amanda Gurgel/PSTU. Na realidade, os parlamentares da Frente de Esquerda estiveram todos ausentes. Sandro Pimentel/PSOL esteve no início do ato, fez sua intervenção e correu para a sessão da Câmara de Vereadores. Marcos/PSOL nem sequer achou necessário justificar, afinal, nunca esteve presente. A justificativa dos parlamentares

foi que estava havendo uma sessão na Câmara onde se votaria a proposta de Amanda Gurgel/PSTU de Moção de Repúdio a perseguição política do diretor do Sindsaúde/regional de São Gonçalo pelo prefeito do município Jaime Calado/PR. Claro, a justificativa foi pior do que a ausência.

A perseguição política dos diretores de sindicatos pelos governos municipais da burguesia se dá devido a serem os representantes da luta contra as políticas de sucateamento dos serviços públicos, no caso a saúde, e arrocho salarial dos trabalhadores implementados pela burguesia. Neste sentido, ela deve ser respondida do mesmo modo. É através da luta coletiva dos trabalhadores pelos seus direitos, inclusive de organização sindical, que se reverte a perseguição política. Não é um problema pessoal do diretor do sindicato com o prefeito, mas fruto da luta de classes. Portanto, a defesa contra a perseguição política do diretor do sindicato da saúde regional de São Gonçalo se dá na organização de um 1º de maio massivo, combativo e contra a burguesia. O PSTU, inclusive, dirige o sindicato de educadores e de saúde em São Gonçalo, ambos ausentes no ato do Dia do Trabalhador e que não organizam a defesa do diretor do sindicato através da ação direta coletiva dos trabalhadores.

Na verdade, todo o palavreado do PSTU na primeira plenária do mandato de sua estrela eleitoral de atuação revolucionária no parlamento burguês não passou de bravatas. QUAISQUER movimentos de massa dos trabalhadores são mais importantes do que QUALQUER atuação no parlamento burguês, ensina Lênin. O que houve foi a substituição da ação de massas pela atuação na Câmara de Vereadores. A ação de massas coletiva pode reverter a perseguição política, as inúmeras (não estamos dizendo uma, mas inúmeras) moções de repúdio que a Câmara de Vereadores perseguidora de Natal faça contra o prefeito Jaime Calado de São Gonçalo, devido suas intrigas burguesas eleitorais, não reverterão um milímetro se quer da atitude repressora do município.

A intervenção do P.O.R

O POR interveio no ato demonstrando a repercussão da crise mundial no Brasil, onde o aumento do custo de vida e a volta da inflação eram as manifestações mais visíveis da burguesia querer descarregar a crise sobre as costas dos trabalhadores. Assim, cabe aos trabalhadores se armarem politicamente com as suas reivindicações imediatas o que é fundamental para a luta. Neste sentido, a unificação das lutas, os blocos e frentes que os trabalhadores precisam é a Frente Revolucionária Antiimperialista (FRA), ou seja, uma Frente com um programa de expropriação da burguesia e destruição do Estado burguês baseado na ação direta de massa dos trabalhadores sob a direção do proletariado organizado em partido político. As frentes eleitorais com objetivos de eleição de parlamentares ditos de esquerda apenas adia a luta contra a burguesia ao manter as ilusões dos trabalhadores na solução de seus problemas dentro dos marcos do sistema.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org**

1º de Maio do Rio de Janeiro

As principais organizações de esquerda realizaram um ato de 1º de Maio na capital do Rio, com início às 10hs, na Praça Afonso Pena, na Tijuca, seguido de passeata até o Maracanã. Os principais organizadores foram a CSP-Conlutas, a Intersindical e a Unidos para Lutar, embora militantes do SindiPetro e de organizações estudantis e de professores também tenham comparecido.

Com cerca de 500 pessoas, o ato teve como centro a denúncia dos leilões dos barris da Petrobrás, que ocorrerão em maio, entregando a riqueza brasileira para empresas multinacionais e a privatização do Maracanã, atualmente em reforma para a Copa.

Com a política reformista dominando o ato, prevaleceram os discursos nacionalistas de quase todas as organizações. O 1º de maio, internacionalista e de luta, converteu-se, na Praça, em um ato de denúncia contra a entrega do patrimônio nacional. Sem um palanque para centralizar as atividades, houve dispersão dos militantes, além de atividades despolitizadas como um teatro em que se misturou religião (“Deus é brasileiro”) com o mote nacionalista (“o petróleo é nosso”). As grandes greves e mobilizações que ocorrem em todo país e pelo mundo foram

ignoradas pelas esquerdas nessa primeira parte do Ato.

Houve, no entanto, uma importante passeata que foi da Tijuca ao Maracanã, que permitiu mostrar à população a denúncia da política privatista. Em frente ao Maracanã, todos os partidos e entidades puderam fazer uso da palavra. Nesse momento, foi possível fazer a propaganda do internacionalismo, da luta dos operários, da repressão aos movimentos e da necessidade de barrar com a luta nas ruas as ações dos governos pró-imperialistas e antipopulares.

O POR, que distribuiu seu manifesto desde o início, interveio com a política de defesa da vida das massas na situação de crise mundial do capitalismo, colocando a necessidade de luta internacional e unitária dos explorados e a denúncia da repressão aos movimentos que tem atingido os trabalhadores da cidade e do campo.

Segundo os organizadores do ato, novas atividades ocorrerão em maio para mobilizar os trabalhadores e a população. Atividades nas quais nos incorporaremos, defendendo os métodos da ação direta e as reivindicações gerais que unem todos os explorados.

1º de maio no mundo

O 1º de maio é um dia de luta mundial do proletariado contra a opressão de classe. Engels compreendeu sua importância e a direção da Internacional o impulsionou como dia da memória da luta dos mártires de Chicago. O objetivo era o de levantar suas bandeiras reivindicatórias comuns, potenciar sua organização de massa e desfraldar a estratégia revolucionária. Esse caráter classista e de combate ao capitalismo já não poderá ser eliminado por retrocessos que a burguesia e seus lacaios imponham aos trabalhadores. Sobrevive nas camadas mais profundas de sua consciência e periodicamente volta à superfície, demonstrando desse modo a vigência das leis econômicas que regem a luta de classes mundial, enquanto o capitalismo permanecer em pé.

Entretanto, depois de décadas de traições e derrotas revolucionárias, de conciliação de classes e estatização sindical, de persistente crise de sua direção revolucionária, o 1º de maio foi atenuado e seu caráter classista e internacionalista degenerado. Cada fração nacional do proletariado mundial, em maior ou menor grau, espelhou esse enorme retrocesso mundial dando lugar à comemoração passiva e ao esvaziamento de suas consignas, métodos e táticas de luta. O 1º de maio se transformou, assim, em um eco disforme e corrompido de seu heroico passado de lutas e gigantescas conquistas revolucionárias.

Em meio à crise estrutural do regime capitalista, marcado a fogo pelo forte ascenso das lutas operárias nos combates contra os ajustes, o 1º de maio teria, necessariamente, de se contrapor à ofensiva da burguesia contra a vida dos explorados. Teria de expressar a luta do proletariado contra o aumento da miséria e a pauperização social da maioria oprimida.

Foi na Europa, centro da crise e laboratório social de seu desenvolvimento, onde se rasgou o véu festivo que diluía o caráter classista do 1º de maio, transformando-se em um dia de encarniçados combates contra os governos capitalistas e

seus ajustes. Mais sensível foi a mudança quanto mais violenta foi a passagem de suas condições diferenciadas de vida e trabalho, causada pela crise que arrasou em poucos anos as conquistas arrancadas com luta e sangue. Desse modo, as leis históricas impuseram ao proletariado europeu ter de saltar por cima de sua rotina, das tradições reformistas e das derrotas, para se adequar às novas condições de desintegração do capitalismo.

Na Grécia, o 1º de maio chegou pelas mãos de uma greve geral (a 2ª do ano), objetivando frear o novo pacote de ajustes e demissões (serão eliminados 15 mil empregos públicos nos próximos dois anos). Paralisaram-se as indústrias, os transportes, os bancos e a administração pública. As consignas contra os cortes de salários e das pensões, contra o desemprego que chega a 27,2% da população economicamente ativa, contra a pobreza que atinge 30% da população dominaram as mobilizações. Conseguiu-se quebrar a manobra do governo de adiar o 1º de maio para a semana seguinte, de maneira que coincidissem com a Páscoa ortodoxa e assim servisse à desmobilização dos trabalhadores. A greve geral se chocou contra os monopólios que sangram o país, comandados pela troika europeia (Comissão Europeia, Banco Central Europeu e FMI), mas também demonstrou que ainda não se uniu à maioria sob um programa revolucionário, que supere o estreito marco reivindicatório. Esse limite se expressou no 1º de maio. Não há outro caminho para os explorados gregos a não ser se lançarem à expropriação revolucionária dos capitalistas e à destruição do Estado burguês. Suas direções, intimamente entrelaçadas com a democracia burguesa, são o grande obstáculo. Somente assim se pode explicar que no auge da crise e dos combates as massas gregas compareçam impotentes para derrubar os ajustes e para romper o cerco das direções reformistas.

Também na França, o governo “socialista” de Hollande

viu sua política ser duramente questionada nas ruas por mais de 100 mil trabalhadores e estudantes, que se mobilizaram acatando a convocação da CGT e CFDT. No entanto, a tarefa colocada pela crise de unificar as forças dispersas sob um plano de lutas e um mesmo comando político de ação foi golpeada pelo divisionismo das direções sindicais, que decidiram marchar separadamente. A profunda divisão impostas às massas pelas castas burocratizadas as impede de golpear e dobrar seus verdugos.

Na Alemanha, 425 mil pessoas saíram às ruas e se manifestaram em solidariedade com as lutas operárias e populares, que se expandem por toda Europa. Rechaçaram, além disso, a “doutrina de austeridade”, impulsionada por Angela Merkel. No entanto, trata-se de uma solidariedade limitada pelas cúpulas sindicais, que pretendem esconder sua inata covardia e sua profunda vinculação com os monopólios. O poderoso proletariado alemão está sujeito a sofrer novas traições porque não conta com uma direção revolucionária, marxista-leninista-trotskista, capaz de transformar essas palavras em uma firme e decidida ação internacionalista (com boicotes, ocupações, piquetes, etc. contra os trustes industriais e os banqueiros alemães que saqueiam o resto do continente), que sirva de canal para que sua imensa força social se manifeste, com toda sua potência, e seja capaz de derrotar a ofensiva de sua burguesia imperialista contra as massas europeias e mundiais.

Em Portugal e na Espanha, as manifestações provocaram o choque das massas contra o governo e suas políticas de contrarreformas reacionárias. Como no restante do continente, elas também continuam encarceradas e limitadas nas reivindicações setoriais e econômicas. Enfim, pode-se observar que em toda a Europa é a crise de direção revolucionária que impede às massas proletárias transformarem suas lutas contra os ajustes em programa e estratégias que as conduzam à revolução e à ditadura proletárias, sob a bandeira dos Estados Unidos Socialistas da Europa.

Do outro lado do oceano Atlântico, foi em Cuba e no Chile onde se realizaram as mobilizações mais destacadas, tanto pela situação política que atravessa cada país como pelo particular desenvolvimento histórico que adquire a luta de classes no interior de suas fronteiras nacionais.

Em Cuba, 300 mil trabalhadores, camponeses, estudantes e militares marcharam sob a direção do Partido Comunista de Cuba (PCC) e de seu presidente, Raúl Castro. As consignas compreendiam desde uma homenagem a Hugo Chávez até o fim do bloqueio econômico, da opressão imperialista sobre a América Latina e a exigência que se libertem os cinco cubanos que estão presos nos Estados Unidos acusados de se infiltrarem e denunciarem os complôs terroristas que preparavam os bandos cubanos de extrema direita que ali residem.

Se de um lado as bandeiras nacionais e anti-imperialistas presentes em Cuba expressaram sua rica e heroica história de luta por emancipar o país da opressão imperialista ianque, de outro, foi notório como os sindicatos chamaram a ampliar o apoio à “*atualização do modelo econômico cubano*”. O que no contexto de uma ofensiva restauracionista do capitalismo na ilha, promovida pelo próprio PCC, significa subordinar o proletariado aos interesses e às traições da casta dirigente do burocratizado movimento pequeno-burguês castro-guevaris-

ta. Significa desarmar a classe operária cubana da luta contra as pressões e a voracidade imperialista. Significa preparar as condições para sua derrota e consolidar sua impotência para frear a depredação e o saque de seus recursos e força de trabalho. Constata-se assim o profundo retrocesso a que levou a estalinização do castro-guevarismo, que bloqueou as massas de exercerem a democracia proletária e de sustentar um governo operário e camponês como expressão governamental da ditadura do proletariado. As massas cubanas estão sendo progressivamente desarmadas para enfrentar a restauração e comparecem em seu desenvolvimento sem suas bandeiras de defesa das conquistas revolucionárias frente ao castro-estalinismo restauracionista.

Finalmente, no Chile, a marcha do 1º de maio terminou no enfrentamento contra os carabineiros (corpo policial de elite criado pela repressão política e social). A mobilização foi uma das maiores das últimas décadas. A massiva participação expressou as principais reivindicações econômicas e sociais que foram levantadas, entre elas o fim da educação privada, a constituição de uma educação pública e gratuita para todos em todos os níveis, o aumento dos salários e o fim da repressão política e social. O caráter unitário foi potenciado pela experiência da luta dos trabalhadores portuários e do salitre, que, há duas semanas, enfrentaram os patrões e arrancaram conquistas. Mas massiva e radical atuação das massas chilenas se baseiam, principalmente, na experiência das lutas de toda década anterior. Particularmente, a luta estudantil e a tenaz resistência Mapuche contra as empresas florestais que depredam seu território e recursos naturais.

Sem dúvida, a crise capitalista abriu uma brecha na qual a classe operária pode penetrar e apresentar-se como uma classe detentora de interesses históricos próprios e diferenciados de todas as outras classes sociais. Pode-se observar como suas tendências mais profundas de luta e se instinto comunista forçam passagem entre as inúmeras traições e derrotas. Com maior ou menor intensidade, ressurgem o subterrâneo fogo que nutre a luta de classes do proletariado contra a apodrecida e caduca burguesia mundial. As massivas manifestações, as greve gerais, o enfrentamento contra as forças repressivas e o combate aos ajustes capitalistas na Europa põem, novamente, o proletariado no caminho de suas tradições de luta forjadas durante dois séculos. Mas também se comprova que somente com a força numérica e com o instinto de classe não bastam para derrotar a burguesia. A classe operária continua encarcerada na política estritamente nacional, ou presa às particularidades e interesses de suas organizações e direções políticas e sindicais. Assim, o caráter internacionalista do proletariado e sua estratégia de classe não estão fisicamente presentes nos seus combates diários. É o que se observou também no 1º de maio.

Só é possível constituir a classe operária como classe internacionalista e independente se se transforma seu instinto em consciência política, integrando as lutas reivindicatórias ao programa das transformações socialistas. É um dever e uma tarefa insubstituível para a vanguarda lutar no seio das massas para erguer poderosos partidos marxista-leninista-trotskista. E concentrar seus esforços internacionalistas em reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

Greve dos professores em São Paulo

A Corrente Proletária discutiu a situação da greve dos professores da rede estadual, que completa sua terceira semana, e o início da greve dos trabalhadores da educação do município de São Paulo. A duas assembleias realizadas na Paulista culminaram com manifestações gigantescas, de 30 mil professores.

Três reivindicações estão no centro do movimento: 1) a exigência da estabilidade para 48 mil professores precarizados (contratos da categoria “O”); 2) reposição salarial; 3) redução da jornada em sala de aula (cumprimento da Lei do Piso).

Apesar das punições aos professores contratados, a revolta contra a ausência de vínculo empregatício e direitos fez com que milhares paralisassem, obrigando o governo a recuar temporariamente da medida de rescisão de contrato.

O índice de paralisação é alto nos dias de assembleia e reduz durante a semana, fato que é usado pelo governo para combater a greve. Certamente, a paralisação ganhou força com a greve dos municipais e dos hospitais públicos. Daí a importância dos comandos unificados e das manifestações conjuntas.

A burocracia da Apeoesp, petista, se recusa a unificar com os municipais porque se trata do governo de Haddad (PT), quer limitar ao desgaste do PSDB (Alckmin). O argumento usado na assembleia de que a luta tem de ser contra o mesmo padrão serve de exemplo. Porém, a radicalização da assembleia forçou-a a conduzir a passeata ao encontro com os municipais.

O governo vem punindo a Apeoesp com multas e notas aos professores condenado o sindicato. É nosso dever rechaçar as punições e defender o direito irrestrito de greve e manifestações.

Publicamos abaixo os pontos discutidos na reunião.

Retirar a greve do impasse

1. A política dos governos para o funcionalismo é de arrocho salarial e retirada de direitos. O governo Alckmin segue essa diretriz. Não houve nenhum aceno nos últimos anos de mudança e de melhoria para o funcionalismo. Todas as esferas de governo e todos os partidos burgueses não se dispõem a negociar sem que haja luta. A greve da rede estadual foi e é necessária para quebrar essa política e defender nossa força de trabalho.

2. Não havia uma disposição da direção sindical em mobilizar a classe desde o início do ano, por isso, a primeira assembleia foi tardia, já em 15 de março, quando uma parcela significativa ficou subempregada ou desempregada com as atribuições de aula em fevereiro. A resolução de organizar a greve em abril tinha como reivindicação fundamental o problema da jornada, convergindo com a greve nacional da CNTE, que ocorreu entre os dias 23 e 25 de abril. O indicativo de greve apenas para o dia 19 de abril demonstrava isso.

3. Depois de dois anos de negociação com a Secretaria de Educação sem resultado e com o peso da precarização dos contratos da categoria “O”, impuseram-se como reivindicações centrais o problema do reajuste salarial e de estabilidade para os contratados. Com esses problemas em mãos, a assembleia do dia 19 aprovou a greve e os comandos foram montados com a vanguarda para parar as escolas.

4. Desde o início, vemos que existe uma parcela significativa que não tem paralisado e, mesmo que não acredite no governo, tem contribuído para quebrar a força da greve. A Capital e a Gran-

de São Paulo apresentam uma paralisação maior do que o interior do Estado, controlado pela burocracia da Articulação.

5. A assembleia do dia 03 de maio evidenciou as debilidades do movimento. O número de grevistas não aumentou, a paralisação ganha os mesmos contornos da greve de 2010: com uma parcela significativa paralisando e fechando as escolas nas sextas-feiras, mas trabalhando ao longo da semana. A direção petista e pecebista não tem o controle da assembleia, porque não mobiliza o interior, que é a sua base, mas, ao mesmo tempo, mantém a greve para desgastar o governo do PSDB. O confronto que se expressou entre a base da assembleia e a direção burocrática em relação à unificação com o movimento grevista dos municipais evidencia os limites da direção, mas também a possibilidade de fortalecer o movimento com a unidade grevista entre os trabalhadores da educação contra a política dos governos.

5. Entramos na terceira semana de greve diante desse impasse: como superar a divisão da categoria, como fechar a maior parte das escolas e impor a negociação ao governo. As assembleias massivas e a grande passeata que bloqueia por horas a Paulista e a Consolação têm um limite, pois o governo não se confronta com os mobilizados e continua sem negociar, enquanto utiliza a mídia para mentir e difamar o sindicato e os grevistas. Transportar os obstáculos impostos pela direção burocrática, pelo governo e pela passividade de uma parcela da categoria exige radicalização dos métodos de luta para criar novos fatos políticos e tirar o movimento do impasse.

6. A Corrente Proletária trabalha duramente pela vitória da greve. É preciso criar meios de romper o cerco imposto ao movimento. Fortalecer os comandos de greve com a ideia de que dois elementos novos foram colocados em cena: primeiro, a greve e mobilização do funcionalismo estadual (Saúde com paralisação de cerca de 40% já nos primeiros dias), o que significa uma mesma resolução dos servidores do estado de SP de quebrar a política de precarização dos contratos e de arrocho salarial; segundo, a greve dos trabalhadores da educação da rede municipal da capital, que teve seu início justamente no dia 03 de maio. Aumentar o número de escolas paralisadas é a tarefa dos comandos ao longo da semana.

7. A manutenção das assembleias na Paulista é uma vitória da base contra o recuo da direção, que já queria aprovar a mudança de local. A Paulista tornou-se uma trincheira do movimento e a nova assembleia do dia 10 de maio reafirmará essa condição. O bloqueio, como dissemos, de algumas horas mostrou já seu limite. É preciso avançar no método, aprovando nesta próxima assembleia a ocupação da Secretaria da Educação. Ocupar a Paulista, descer em passeata até a Secretaria da Educação e cercá-la, exigindo que o governo atenda as reivindicações. Para isso, defenderemos: “ocupar a Secretaria de Educação até que Hermann negocie”.

8. A bandeira de ocupação é própria dos movimentos que exigem a resolução para o problema colocado por sua mobilização. É o meio imposto pela maioria para colocar contra a parede os patrões e impedir que o movimento seja derrotado. O fato político criado com a aprovação da ocupação demonstra à população, ao governo e mesmo à direção burocrática do sindicato a resolução dos grevistas em superar as dificuldades do movimento e alcançar as reivindicações.

Rio de Janeiro

Paralisações mensais não vão quebrar a política de arrocho dos governos

Desde fevereiro, têm sido organizadas assembleias e reuniões para definir a pauta das campanhas salariais dos professores do Estado e dos municípios do Rio de Janeiro. O SEPE, que centraliza todas as atividades, tem tirado como política a pressão aos governos por meio de paralisações mensais. Foi assim na cidade do Rio de Janeiro, em cidades da Baixada, como Nova Iguaçu, e também na rede estadual.

No mês de abril, ocorreram “greves de advertência” tanto na rede municipal da capital quanto na rede estadual. Tais greves são paralisações por 48 ou 72 horas com o objetivo de divulgar o movimento à população e exigir negociação com o governo.

Pois bem, passado o mês de abril, depois das greves de advertência, foram tiradas novas paralisações para o mês de maio. Em Nova Iguaçu, os dois dias de paralisação ocorreram em 07 e 08 de maio. Novamente, dezenas de escolas ficaram paralisadas ou semiparalisadas. Os governos, sem exceção, mantêm a mesma política: sentando ou não para negociar, negam-se a atender as reivindicações, sobretudo, as ligadas a reajuste salarial. Nova Iguaçu, por exemplo, sequer apresentou qualquer índice de reajuste para 2013.

A direção majoritária do SEPE está nas mãos das esquerdas – PSol e PSTU. Rompeu há anos com a CUT e a CNTE, inclusive, não participou da greve nacional ocorrida nos dias 23 a 25 de abril. Crítica, com razão,

as direções das entidades nacionais de pró-governistas. Meteu-se, no entanto, na política divisionista, que isola os sindicatos cariocas das lutas gerais, como a de implementação da jornada da Lei do Piso.

Embora tendo a seu favor o fato de que congrega todos os trabalhadores da educação pública do Estado, não consegue realizar campanhas unitárias, ocorrendo várias campanhas simultaneamente, sem convergirem para uma grande mobilização.

As paralisações por tempo determinado têm um sentido de ser. Servem para mobilizar, levantar as reivindicações e divulgar os movimentos. Não podem, por si só, quebrar uma política unitária dos governos de manter o arrocho salarial, as péssimas condições de trabalho e ensino e destruição de direitos. Apenas a greve por tempo indeterminado, baseada nas assembleias massivas, nos atos e passeatas, nos bloqueios de avenidas, podem colocar contra a parede os governos.

A construção da greve deve ser a política a ser defendida pelas direções do SEPE para arrancar as reivindicações. Impulsionar o movimento grevista no Estado, por todos os municípios, é a forma concreta e correta de mostrar o governismo das direções nacionais dos trabalhadores e lutar para a defesa da vida das massas, incluindo aí o direito universal à educação pública e gratuita.

Porto Velho - Rondônia

Trabalhadores de educação do município deflagram greve contra a vontade da burocracia do sindicato

Os milhares de trabalhadores da educação no município de Porto Velho amargam um salário de fome e a dureza de trabalhar em mais de um contrato de trabalho. Sentem o peso das jornadas estafantes.

Assim, desde janeiro de 2013, esses trabalhadores da educação esperavam resposta do prefeito. A pauta de reivindicações havia sido entregue pela burocracia do sindicato ao prefeito Mauro Nazif/PSB, que estava calado.

No dia 03 de abril, ocorreu uma assembleia, mas os burocratas se limitaram a informar o pedido do prefeito de um prazo de quinze dias para dar a resposta. Uma parcela questionou a conduta da direção do sindicato de aceitar o pedido do prefeito. Estava disposta à greve, diante de tamanha enrolação.

A burocracia foi vaiada pelas manobras na assembleia

Os sucessivos ziguezagues da burocracia do sindicato, (Sintero), tentando por água fria na fervura, como sempre fazem, só fizeram aumentar a ira dos trabalhadores.

A burocracia procurou ganhar tempo. Usou o chamado da CNTE de paralisação nacional para dizer que a paralisação em Porto Velho iniciaria após o terceiro dia, portanto no dia 26 de abril. Tudo não passava de um jogo. A burocracia não convocou a assembleia e o prefeito não concedeu o reajuste. Pior ainda: os burocratas passaram a justificar a posição do prefeito de que qualquer reajuste ultrapassaria o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal. E procuram rebaixar a reivindicação salarial com uma contraproposta. A manobra da direção do sindicato se desfez porque o prefeito recusou a tal contra-

proposta.

Enfim, foi apresentada a proposta miserável: criação do incentivo de aprimoramento a Educação de natureza indenizatória de 6% sobre o vencimento básico a partir de 1º de maio, pagamento dos valores retroativos referentes ao quinquênio retido, redução do percentual de desconto do auxílio transporte (até quem ganha R\$ 800,00, 0%; de 801,00 a 1.300,00, 3%; de 1.301,00 a 1.600,00 4%; de 1.601 a 1.900,00, 5%; acima de 1.901,00, 6% sobre o vencimento básico). E firmou um acordo para retomar as negociações em setembro, tomando como base a arrecadação do município.

Os burocratas foram vaiados pelos trabalhadores.

Fortalecer a greve para conquistar as reivindicações

A resposta da base ao prefeito e a burocracia do Sintero foi a de rejeitar a proposta e decretar a greve por tempo indeterminado. Mas, foi protelada para o dia 06 de abril.

São dois dias de greve, que iniciou forte. O prefeito Nazif compareceu à imprensa com sua costureira demagogia dizendo que: “Respeito à decisão dos sindicatos e estaremos sempre de portas abertas para conversarmos e procurarmos uma solução boa para todos. Em nenhum momento nos esquivamos, pelo contrário, estamos buscando esclarecer nossa real situação e mostrar aos servidores o que estamos realizando em benefício deles”. Esse discurso demagógico deve ser combatido nas ruas pelo movimento grevista.

A vitória do movimento grevista dependerá da paralisação das escolas e das ações de rua.

Direção do DCE da USP (PSol/PSTU) rechaça assembleia e assim colabora com repressão

A USP tem sido lugar de uma série de ataques do governo do PSDB/reitoria em sua política de privatização, elitização, precarização e maior ingerência externa. A denúncia do Ministério Público que transforma o movimento por reivindicações estudantis em ação de quadrilha foi reforçada pelo promotor responsável, que a alterou de forma a torná-la mais aceitável juridicamente e também com penas maiores aos acusados. O governo Alckmin impôs o Pimesp, que é uma resposta elitista, excludente e favorável aos capitalistas do ensino a distância, dada para não cumprir a lei de cotas do governo federal. Os circulares privatizados pela atual reitoria (Busp) transportam mais do dobro da média de passageiros de São Paulo, que já é de superlotação. Aproximam-se as eleições para reitor e o movimento estudantil se encontra desarmado. A comissão da verdade da USP foi imposta por decreto pelo reitor exatamente para não apurar nada, ignorando as lamúrias do sindicato docente (Adusp) e DCE. Ao mesmo tempo, ocorre a mobilização grevista e com ocupações dos estudantes da Unesp de pelo menos três campi do interior.

Diante desse quadro, é evidente que o movimento estudantil da USP tem de dar uma resposta coletiva. Passou da hora de se convocar uma assembleia que discuta e delibere ações para enfrentar a reitoria/governo e estabelecer a unidade com os estudantes da Unesp e com os professores da rede estadual em greve, na luta contra o governo do PSDB. No entanto, essa possibilidade tem sido bloqueada pela atual direção do DCE (PSol/PSTU), que se negam a convocar a assembleia geral dos estudantes da USP e instam os centros acadêmicos que controlam para seguirem na mesma linha.

Por pressão da base, foram obrigados a convocar uma assembleia em 14/03/13. Assembleia que votou contrariamente a que a bandeira de diretas para reitor fosse um dos eixos do movimento, conforme pretendia a direção. A nova assembleia convocada em 11/04/13 foi implodida graças a uma acusação da Frente Feminista (dirigida pelos mesmos PSol/PSTU) contra o PCO.

Logo a seguir, houve duas reuniões de diretoria do DCE e um Conselho de Centros Acadêmicos foi convocado. Em todos esses fóruns foi feita a proposta de convocação de assembleia e foi recusada pela frente PSol/PSTU. No entanto, a direção se empenha numa campanha “contra o machismo”, tendo feito um ato no último dia 02/05, com a participação de cerca de 300 pessoas, onde apenas os partidários deles puderam se expressar.

Mais uma prova de que a questão do machismo é apenas um pretexto

Temos denunciado que a direção do DCE tem utilizado a questão do machismo como pretexto para desviar os estudantes da mobilização pelos problemas mais sentidos e imediatos. Em especial para não enfrentar a questão dos processos políticos, que dependem da luta nas ruas, e para tal que se convoque a assembleia estudantil.

O CCA de 04/05 comprovou bem isso: primeiro, tinha como pauta a) conjuntura na USP; b) machismo na USP; c) finanças do DCE. Logo no início, a direção do DCE propôs a inversão da pauta, colocando o machismo em primeiro plano. O argumento?

Que as questões de conjuntura eram por demais importantes e que haveria de se limpar o terreno das divergências ao redor do machismo antes de chegar ao ponto essencial. A proposta foi votada e colocada em prática. Discussão? Não, a frente PSol/PSTU se utilizou do mesmo expediente das assembleias, inscreveu todos os seus militantes, de forma a inchar a lista e abrir caminho para o sorteio. Novamente, houve votação e se decidiu pelo caminho do corte da discussão política. Finalmente, após o debate, apresentou uma resolução do CCA contra o machismo... cuja essência era o ataque ao PCO. A LER-QI tentou manobrar e propôs que se retirassem da proposta os pontos polêmicos, para aprovar uma resolução contra o machismo “de consenso” pelos CAs (como se isso fosse possível). A direção do DCE manteve a proposta como estava, de forma que ficou evidente que o essencial seria o ataque ao PCO, para o qual o ataque ao machismo não passa de casca, e cujo conteúdo real é a rejeição da assembleia e da luta contra os processos políticos.

O MNN chegou a propor uma comissão que averiguasse as acusações e depois apresentasse suas conclusões a uma assembleia. A proposta sequer foi a votação. As “feministas” afirmaram que não se apuram as acusações de opressão da mulher, que é vítima e por isso suas acusações são sempre verdadeiras. Chegaram ao ponto de colocar em pé de igualdade o machismo e o estupro.

A proposta de assembleia foi derrotada por dois votos.

A seguir, a direção propôs o encerramento do CCA. Ou seja, a pauta de “conjuntura da USP”, alegada como fundamental logo no início do CCA, foi postergada, sequer foi discutida. Em resumo: o CCA só serviu para aprovar a resolução contra o “machismo”.

Machismo ou opressão à mulher?

A opressão à mulher, dentro e fora da universidade, não vai acabar com campanhas de coação individual ou coletiva sobre os homens. Porque a opressão à mulher tem raízes na opressão de classe, social. Não é possível combater de forma consequente a opressão sobre a mulher sem lutar pelo fim da opressão de classe, que é sua base material. A expressão verbal da opressão à mulher não será resolvida com o ataque aos homens que a pronunciam. Não se trata de uma luta de mulheres contra homens. A política de coação cultural não eliminará a opressão sobre a mulher porque não ataca suas causas. Antes ajuda a mantê-la, ao deixar de lado a luta pela superação revolucionária de suas bases, a sociedade de classes, a exploração do homem pelo homem (e da mulher pela mulher). Sob o capitalismo, é impossível o fim da opressão da mulher, assim como das demais opressões.

É uma tarefa das mulheres e dos homens lutar pelo fim do capitalismo e pela instauração do socialismo. A prática comum, coletiva, de luta, é capaz de elevar a consciência de classe e avançar para o fim da opressão sobre a mulher, na medida em que aponte para a destruição de sua base material. Assim, as reivindicações que se contrapõem à opressão da mulher ajudam a mobilizar, organizar e elevar a consciência coletiva, quando se ligam à luta pela revolução proletária. Mas as bandeiras concretas de luta contra a opressão da mulher sequer são levantadas pelos grupos e organizações que enxergam no machismo a causa do sofrimento feminino.

O colaboracionismo com a repressão é criminoso!

Quando afirmamos que a posição da direção do DCE da USP é de colaboração com a reitoria/governo em relação aos processos é porque nesse terreno não é possível se colocar à margem ou num campo intermediário entre a defesa intransigente dos estudantes e a posição repressiva e autoritária de Rodas/Alckmin. Ou se responde com o chamamento à mobilização contra os processos, ou a omissão quanto a isso abre caminho para o avanço da repressão. E é isso o que está acontecendo.

O Fórum dos Processados tem sido boicotado pela direção (e por algumas correntes descontentes com seus rumos também, como a LER-QI e o MNN, que parecem apostar no seu fim). A assembleia tem sido sistematicamente rechaçada pela frente PSol/PSTU. O

CCA se transformou num fórum manejado burocraticamente pelo par dirigente. Sequer a mobilização dos estudantes da Unesp pressiona os aprendizes de burocratas a agir.

A Corrente Proletária tem impulsionado uma campanha pela convocação da assembleia geral, que tem sido apresentada nas assembleias de curso e outras atividades. O avanço da denúncia do Ministério Público na justiça, que a aproxima de um processo criminal, torna mais urgente a mobilização. Na Unifesp/Guarulhos, os estudantes processados foram convocados a depor. A unidade na luta nas ruas urge! O momento é propício, diante das greves dos professores paulistas e paulistanos, da saúde estadual e da Unesp. É preciso ultrapassar a barreira da direção e responder à repressão com a mobilização e defesa das bandeiras e métodos de luta do movimento!

Fusão da Kroton e Anhanguera cria maior corporação educacional do mundo

Política do governo federal fermentou a privatização, concentração e desnacionalização

A política educacional dos governos Lula e Dilma já se mostrou por inteiro: é a de escancarado favorecimento de grandes corporações ligadas a especuladores internacionais. A compra de vagas ociosas, isenção de impostos e anistia de dívidas têm tornado o mercado educacional cada vez mais lucrativo. No dia 22 de abril, foi anunciada a associação dos grupos Kroton e Anhanguera, que detém cerca de 1 milhão de matrículas nas universidades que controlam, ou seja, o mesmo que a rede pública federal. A operação foi avaliada em US\$ 5 bilhões e criará uma corporação gigantesca, avaliada em cerca de R\$ 13 bilhões (US\$ 6,3 bilhões), que vale o dobro da chinesa New Oriental, a segunda colocada. Em terceiro lugar, está a também sediada no Brasil Estácio (US\$ 2,2 bi), em quarto, a Apollo Group, norte americana (US\$ 2,1 bi), seguida pela DeVry, do mesmo país (US\$ 1,8 bi). Em poucos dias, as ações da Kroton e Anhanguera subiram 9,64% e 7,14% e apontam para a entrada de novos fundos de investimento no negócio. As corretoras de vendas de ações estimam aumento anual no fluxo de caixa de até R\$ 959 milhões a partir de 2014. Um crescimento de 7,1% em relação ao fluxo atual. Além disso, preveem uma redução nas despesas de R\$ 578,2 milhões para R\$ 405 milhões em 2017.

A operação ainda passará pela avaliação do Conselho de Administrativo de Defesa Econômica (CADE), mas nada indica que haverá restrições, uma vez que o órgão, seguindo a política do governo federal, incentiva estas operações. Os dois grupos reúnem universidades e faculdades em 835 cidades em todos os estados brasileiros. São 123 campi, 687 polos de ensino superior, 940 polos de ensino à distância e 810 escolas associadas, que utilizam seu sistema de educação básica. A Anhanguera possui 490 mil alunos (principalmente em São Paulo, Mato Grosso do Sul, Goiás, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e a Kroton, 500 mil (com maior peso no Mato Grosso, Minas Gerais, Bahia, Santa Catarina e Paraná). Dentre eles, 200 mil alunos têm seu ingresso através dos programas Fies e Prouni, do governo federal. O plano da Kroton é abrir 225 novos polos de EaD, além de novos campi. O grupo mira sua expansão no Nordeste, onde apenas 11% dos jovens de 18 a 24 anos cursam o ensino superior, no sudeste, a cifra chega a 20%.

Ambas corporações são controladas por fundos especulativos private equity. A Anhanguera Educacional pelo Blackstone fund e a Kroton pela Advent Internacional. As duas entraram na Bovespa, em 2007. A Anhanguera, com os R\$360 milhões captados, conseguiu

fazer 15 transações apenas em 2008, incluindo a rede paulista Micro-lins, especializada em ensino profissionalizante. Já a Kroton, captou R\$478,8 milhões inicialmente, mas teve um mau desempenho inicial, se recuperando apenas em 2010, com a compra, por R\$ 200 milhões, do grupo IUNI, de Mato Grosso. E, em 2012, pagou R\$1,2 bilhão pela Unopar, referência na venda de diplomas na modalidade EaD garantindo ganhos de cerca de 30% devido ao baixo custo do ensino não presencial.

O objetivo dos fundos de especulação é o maximização dos lucros a qualquer custo, não há nenhum pudor em fazer da educação mera mercadoria. O grupo Anhanguera, por exemplo, ao adquirir a Uniban (com 50 mil alunos), demitiu 1.500 professores, a grande maioria com mestrado e doutorado, e reduziu o valor médio das horas pagas aos professores de R\$ 60 para até R\$ 14. Qualquer barracão serve para aglomerar os estudantes e, melhor ainda se eles ficarem em suas casas, como atestam as reduções de carga horária e mecanismos de ensino a distância, impostos inclusive nos cursos presenciais.

A política do MEC é de claro favorecimento dos tubarões do ensino. O Reuni promoveu uma expansão nas universidades federais – medíocre em relação à quantidade de jovens alijados do direito à educação –, criou campi sem estrutura, cursos sem prédios, laboratórios, clínicas, hospitais, superlotou as salas e descarregou sobre os professores o aumento na carga horária de ensino. A precarização atende aos objetivos de quem quer vender educação. As políticas de avaliação como o SINAES e Enade garantem o selo de qualidade do governo, servem à equiparação entre público e privado, permitindo que ambos recebam recursos públicos. O favorecimento mais explícito se deu com o Prouni, que sob o discurso da democratização do acesso comprou vagas ociosas nas faculdades particulares em troca de isenção de impostos. Outro elemento de impulso foi o FIES, que garante a queda da inadimplência e acorrenta os jovens a pesadas dívidas ao serem jogados no mercado de trabalho com um diploma que pouco o ajuda a conseguir emprego. Rodrigo Galindo, presidente da Kroton, agradece a Lula e Dilma: “O apoio do governo foi fundamental para o crescimento do setor”.

Quando as grandes corporações pararam de se interessar pelas faculdades menores, atoladas em dívidas, o governo veio com o PROIES, em julho de 2012, propondo trocar R\$15 bilhões em dívidas tributárias e previdenciárias por 560 mil bolsas de estudos, a serem

ofertadas em 15 anos. O socorro aos capitalistas da educação dá fôlego para uma nova onda de aquisições. Está claro que a meta do governo federal de ampliar de 14,6% para 33% o acesso de jovens entre 18 e 24 anos ao ensino superior está voltada para o crescimento do setor privado, que hoje já abocanha 76% das matrículas e 90% das instituições.

Os grandes conglomerados educacionais detêm, atualmente, cerca de 30% das matrículas de ensino superior. O setor privado de ensino universitário movimentou R\$ 29,8 bilhões em 2012. Cerca de duas mil empresas familiares e de pequeno porte estão na disputa por este mercado, no país. Está aí o principal alvo das novas aquisições. O crescimento da Kroton servirá como elemento de pressão sobre as empresas menores e os outros grupos corporativos tentarão alcançar melhores posições. A Estácio, sob administração do GP Investments, que também almejava a fusão com a Anhanguera, tratará de expandir suas atuais 271 mil matrículas e 74 campi em 20 Estados. A rede americana de ensino Laureate, controlada pelo KKR, comprou 49% da Universidade Anhembi Morumbi, da qual já possuía 51%. Possui também 11 centros de ensino pelo Brasil, com 200 mil alunos. Quem ainda está de fora desta onda de bolsa de valores e aquisições é o Grupo Unip-Objetivo, de João Carlos Di Genio, que, comanda 27 unidades da Unip, 600 polos de educação a distância e 60 faculdades com diferentes nomes e marcas

regionais, além de ter o sistema de ensino Objetivo em 500 cidades. Explica-se que, por sua posição dominante, Di Genio encontraria dificuldades em passar pelo crivo do CADE.

Estas movimentações comprovam que o eixo central de combate do movimento estudantil deve ser o processo de privatização e desnacionalização. Até quando as direções nacionais da UNE e ANEL se manterão presas à convivência com a coexistência do ensino público e privado? A direção da UNE se alinha totalmente com o governo federal e com suas políticas que levam à privatização e desnacionalização. Timidamente propõe ora limitar o capital estrangeiro, ora faz campanhas demagógicas contra o ensino-mercadoria enquanto embeleza o PROUNI e FIES. Já a ANEL, apenas esquerdiza a reivindicação da UNE de 10% do PIB para a educação, acrescentando o já e que o dinheiro público só seja destinado ao ensino público. Bandeiras distracionistas que não atingem o cerne da crise da educação em nosso país. É hora de sepultar as teses reformistas para a educação e erguer um programa revolucionário, que defenda a estatização sem indenização de todo o sistema de ensino e a constituição de um sistema único, público gratuito, laico, autônomo, científico e vinculado à produção social. Que os Congressos estudantis aprovem uma luta nacional pelo fim do ensino privado e pelo direito de acesso de toda a juventude a todos os níveis de ensino.

Porto Alegre:

Juventude e população ocupam as ruas em protesto contra o aumento da tarifa

Desde o início de 2013, a juventude e a população lutam contra o aumento da tarifa em Porto Alegre. Lutam também contra as privatizações realizadas pelo prefeito José Fortunati, do PDT, para a copa do mundo. No dia 21/03, quando a passagem foi para R\$ 3,05, estourou a revolta de estudantes e trabalhadores organizados na frente “Bloco de Luta Pelo Transporte Público”. O movimento, porém, está limitado devido à resistência das forças políticas em estruturar-se sobre o princípio da unidade.

Na polêmica que antecedeu o aumento, houve questionamento da planilha dos empresários e ameaça por parte do Prefeito de acabar com a meia passagem para estudantes e idosos, pois, de acordo com ele, este é um motivo para aumentar as tarifas.

Diante disso, o movimento ganhou caráter massivo. No dia 25/03 a Avenida Ipiranga, em frente à PUCRS, ficou bloqueada por 4 horas. No dia 27, a manifestação tentou ingressar no prédio da prefeitura municipal, enfrentando uma grande repressão policial (a PM jogou granadas, bombas de efeito “moral” contra os manifestantes), detendo uma estudante que foi algemada e presa dentro da prefeitura e depois levada até o palácio policial.

Na segunda-feira, dia 1º, a juventude voltou às ruas num ato que reuniu mais de 10 mil participantes, reivindicando novamente a redução da tarifa. Neste dia, também houve a intimidação repressiva da polícia militar e até de soldados do batalhão de choque e da cavalaria. Na quinta-feira, dia 4, os manifestantes se organizavam embaixo de chuva para iniciar mais um protesto, quando souberam que o aumento da tarifa havia sido revogado, em caráter liminar, retornando para R\$ 2,85. Apesar disso, não cessaram a defesa da redução para 2,60, pois argumentavam a irregularidade do aumento feito em 2012 para R\$ 2,85, segundo o TCE.

Além da redução da tarifa, o movimento também defende o passe

livre para estudantes e desempregados, a estatização do transporte sob controle popular, abertura de contas das empresas de ônibus para que a população veja o quanto os lucros dos empresários do transporte são acima do legalmente permitido, contra a criminalização e repressão policial sobre o movimento. Na última quinta-feira a Frente Revolucionária reivindicava também a “estatização sem indenização” do transporte.

Necessidade da unidade

A convocação, realizada pelas redes sociais, teve participação de militantes do PSTU/ Anel, PSol/Juntos, anarquistas e indefinidos. Porém, apesar do movimento utilizar o método de luta operário da ação direta – como sair às ruas, em passeatas e protestos e barreiras – sofre de uma grave fragilidade, pois os setores mais atrasados que protagonizam o movimento resistem à necessidade da unidade para que o movimento se fortaleça. Em vários relatos, grupos supostamente apartidários rechaçam a presença de militantes de partidos, reforçando sem querer a estratégia da burguesia (mídia e empresários e prefeitura) de enfraquecer o movimento. Outros também cedem à pressão da mídia ao criticar os companheiros mais combativos, ajudando dessa forma à burguesia na sua campanha de criminalização do movimento.

A mais ampla unidade de uma frente de combate deve ser defendida. O *Bloco de Lutas* deve evoluir para um Comitê de Lutas pelo transporte em Porto Alegre. O movimento deve ser guiado pela democracia e independência dos lutadores no movimento. A luta pela redução da tarifa é urgente, o direito dos estudantes e desempregados também deve ser defendido junto com a bandeira de estatização sem indenização do sistema de transporte coletivo, sob controle dos trabalhadores e usuários. Esta unidade deve ser atingida por todos os lutadores de Porto Alegre.

Balanço do 45º Encontro do Andes Regional Nordeste em Vitória da Conquista/BA

A Regional Nordeste III do Andes/SN, composta pelos Estados de Alagoas, Bahia e Sergipe, realizou nos dias 19 e 20 de abril, na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), em Vitória da Conquista/BA, o 45º encontro com o tema geral “A crise do capital e os trabalhadores: financiamento da educação e a carreira docente”. O Encontro esteve sob a responsabilidade da regional nordeste III e a Adusb (Associação dos Docentes da UESB). O encontro ocorreu num contexto de intensificação da crise internacional do capitalismo, das tendências recessivas mundiais, da crise de superprodução e das medidas de austeridades lançadas pelos governos burgueses sobre os ombros da classe trabalhadora. Há um vertiginoso empobrecimento e miséria da população mundial. No Brasil, ocorre uma retração na indústria e um baixo crescimento na economia. Por outro lado, a classe operária se encontra fragmentada em sindicatos corporativos divididos em uma dezena de centrais, Com direções burocratizadas e estatizadas, freando o avanço da luta de classe.

A mesa de abertura do encontro tratou do tema da crise internacional e os trabalhadores, análise desenvolvida com base na visão do PCB representado na mesa, desenvolvendo a tese de crise sistêmica e de superprodução, apresentando à importância de extrair dessa realidade as lições para a luta dos trabalhadores. Esse encontro, apesar de manter um certo viés academicista, se diferenciou do encontro anterior. Dado a impossibilidade objetiva de manutenção das duas mesas previstas: uma do financiamento da educação e a outra sobre a carreira docente. Foi realizada uma discussão política do plano de luta dos setores: Instituições Particulares de Ensino Superior (IPES), Instituições Estaduais e Municipais de Ensino superior (IEES/IMES) e as Instituições Federais de Ensino superior (IFES) aprovados no 32º congresso do Andes.

Setores das IPES (Instituições Particulares)

Observou-se uma diminuição das Instituições das particulares, que estavam ao vinculadas ao ANDES, devido à pressão do SINPRO que levou o Andes a ter seu registro cassado e reativado por Lupi em 2009. O Proifex entrou com um mandato de segurança questionando a ação do ex-ministro. Em 2012, o STF manteve o registro sindical do ANDES. A base dessa divergência se funda na orientação de transformar as ADS em Seção sindical do Andes Sindicato nacional em 1988. A constituição Federal de 1988 concedeu liberdade sindical aos servidores públicos, porém reafirmou o princípio da unicidade sindical, estabelecendo o sindicato único para a categoria na mesma base territorial. Eis a grande contradição da lei. Foi indicado o cumprimento das deliberações congressuais para o setor das IPES e a realização de um encontro com o tema “Ensino superior no Brasil e condições de trabalho docente nas IPES”.

Setor das IES/IMES (Instituições estaduais e municipais do ensino superior)

Com a saída da APUB/UBFA do Andes, houve um enfraquecimento na regional e um redirecionamento nas associações docentes estaduais da Bahia. Foi criado o Fórum ADS da Bahia que tem se destacado no cenário nacional do Andes/SN e na regional nordeste III. São quatro ADS estaduais na Bahia. Em Alagoas, não há uma participação efetiva da Estadual e em Sergipe não há universidade estadual. Foi

realizado um debate sobre financiamento, democracia e autonomia, temas que serão debatidos de forma mais qualificadas em seminários e encontros. Outro aspecto amplamente discutido foi a federalização das estaduais considerada uma armadilha que enfraquece as mesmas, se federaliza apenas o patrimônio físico e alguns trabalhadores ficam no quadro de extinção e todos os demais terão de se submeter a um novo concurso sem qualquer garantia de aprovação.

Na Bahia, o processo de interiorização pela expansão das federais tem sido usado com trunfo político de deputados das mais variadas legendas partidárias. Em alguns municípios, os campi ofereceram cursos de bacharelados interdisciplinares (BI), referenciados na experiência da Universidade de Bolonha. Um grande engodo e uma profunda ilusão para os estudantes que ingressam na universidade federal através desses BIs. As estaduais da Bahia aprovaram em assembleia o indicativo de greve para o dia 23/04. Reafirmou-se o dia 29/05 como o dia nacional em defesa do financiamento e da autonomia das universidades estaduais e municipais.

A mesa de negociações das estaduais da Bahia iniciou em janeiro de 2013. Foi realizada uma reunião entre o governo e os representantes sindicais para apresentar os impactos dos recursos. O governo apresentou uma proposta de aumento escalonado e em forma de incentivos à titulação, deixando de fora os aposentados e os especialistas. O sindicato exige 28%, o governo apresenta propostas diferenciadas e apenas os doutores chegarão aos 28%. Todas as assembleias rejeitaram a proposta do governo.

Setor das IFES (Instituições Federais de Ensino Superior)

A discussão das federais priorizou o debate sobre a expansão via Reuni II, foi reforçada a tese de que as universidades públicas não poderão tomar por modelo a lógica empresarial. A expansão se dá de forma segmentada e o movimento docente deve discutir profundamente a precarização. A expansão reduziu o custo aluno e o volume de recursos para manter a estrutura da universidade. Foi discutida a relação da universidade com o capital, particularmente em determinadas áreas. Há um forte movimento de privatização interna na universidade. Não se sabe o que é público ou privado dado à coexistência pacífica e obscura dessa relação. Debateu-se sobre a campanha contra a EBSERH, a questão da Lei 12.772/2012, da “nova carreira”, e a nossa luta pela derrubada da reforma da previdência. Todo o plano aprovado no congresso para o setor das federais foi discutido e analisado politicamente.

Constatou-se que o movimento docente se encontra na defensiva com relação à retirada dos direitos dos trabalhadores. Recomenda-se uma campanha permanente de esclarecimento e ações de mobilização, panfletagens, debates, formação política para formar ideologicamente os docentes em uma base sindical classista e politizada. Outra recomendação foi o fortalecimento do espaço de unidade de ação com o conjunto dos servidores públicos federais. Constatou-se uma perda grande de direitos dos servidores públicos federais no governo do PT. Uma conquista da greve de 2012 foi a quebra da PL 549/09, referente ao congelamento dos salários por dez anos. O Partido Operário Revolucionário (POR) participou ativamente do encontro, divulgou seus materiais, o jornal Massas e panfletos e fez intervenções.

Nesta edição:

- Israel indica os preparativos de intervenção na Síria
- Bolívia: Situação do movimento operário e a necessidade do partido mundial da revolução socialista: a IV Internacional
- Chile: As organizações sindicais camponesas sob o governo frente-populista da UP
- Mais sobre o trabalho no seio da Internacional – algo sobre as relações com o CORQUI

Artigos do Cerqui
**Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional**



Israel indica os preparativos de intervenção na Síria

Os bombardeios de Israel sobre alvos militares na Síria são o prenúncio de uma decisão mais ampla do imperialismo de lançar uma ofensiva semelhante à realizada na Líbia. Passado o entrevero entre a Coreia do Norte e Coreia do Sul, os Estados Unidos se voltaram para a guerra civil na Síria.

Está claro que dificilmente as forças oposicionistas armadas pela Arábia Saudita, Catar e Turquia – com apoio das potências européias – têm como derrubar militarmente o regime de Bashar Assad. A guerra civil tem tudo para se prolongar. Já são mais de dois anos de confronto sangrento.

A ditadura de Assad vem se enfraquecendo, mas não ao ponto de apresentar uma rachadura interna e de perder apoio do conjunto da população. Por sua vez, as milícias opositoras continuam divididas. A tentativa do imperialismo de criar um governo paralelo – como também se fez na Líbia – com a Coalizão Nacional Síria não progrediu.

Tudo indica que a informação de que a fração da Al Qaeda assumiu um posto decisivo na guerra civil seja correta. A Jihad Islâmica comparece como um problema para os Estados Unidos despejarem armas à oposição. Na avaliação do Exército Livre da Síria – vinculado à estratégia das potências –, as dificuldades em avançar contra as Forças Armadas do regime se devem à falta de armamento pesado.

O governo Barack Obama está de acordo com a exigência dos opositores confiáveis, mas não tem encontrado uma forma de armamento seletivo e seguro, que de fato exclua a Al Qaeda e outras organizações jihadistas. França e Inglaterra estão pelo armamento seletivo e fortalecimento dos seus partidários.

As pressões dos republicanos, exercidas pelo senador John McCain, para que os Estados Unidos intervenham direta e decididamente na Síria começam a ter efeitos sobre a Casa Branca. França e Inglaterra se encarregam de ampliar os ecos dos republicanos e de setores militares norte-americanos.

Obama fixou como limite para o regime de Bashar Assad o não uso de armas químicas – a tal da “linha vermelha”. Essa condição foi ultrapassada, segundo os partidários da intervenção imediata. Um episódio em Alepo e Damasco com gás



sarin está servindo de campanha em favor de uma ação decisiva para derrubar Assad. Ocorre que não há provas de que as Forças Armadas tenham se aventurado a ultrapassar a “linha vermelha” ditada pelos Estados Unidos. Pelo contrário, Assad acusou os rebeldes sobre os episódios.

Os bandidos da CIA e do Pentágono são conhecidos por falsearem fatos e informações para criar na população mundial o ódio contra os inimigos do imperialismo e apoiar suas barbaridades. Foi o que aconteceu com as mentiras de George W. Bush sobre as armas de destruição em massa do Iraque. A intervenção, a derrubada do governo nacionalista, a devastação do país, a mortandade e o saque das riquezas petrolíferas obtidas sob falsificações passam como normais. Nenhum organismo internacional se aventura a condenar os Estados Unidos e exigir que reparem seus crimes de guerra. É assim que funciona a ordem imperialista do capitalismo.

A impunidade com que Israel lançou seus arrasadores mísseis sobre a Síria faz parte desse ordenamento. O imperialismo se vale dos choques internos às semicolônias para movimentar sua máquina de guerra, projetar seus interesses econômicos e impor as condições de existência aos novos governos. A Líbia é um exemplo dessa política de intervenção. Tudo indica que a Síria passará por essa via. E somente ainda não passou porque as relações de força na região são mais complexas e mais perigosas para firmar o domínio norte-americano.

O regime de Assad conta com apoio do Irã e da Rússia, por razões distintas. O imperialismo poderá demover o governo Putin de se opor à intervenção sob promessa de manter seus interesses sob um novo governo. Depois do ataque de Israel, os Estados Unidos arranjaram uma reunião com a ditadura russa para negociar a saída do impasse. A melhor via é a da derrubada do regime de Assad e a da constituição de um governo títere por meio de uma negociação e de uma coligação entre Estados Unidos e Rússia. Irã ficaria isolado nestas condições e seria o próximo alvo da ofensiva imperialista na região conflagrada.

As massas empobrecidas e duramente oprimidas pelos governos derrubados nos levantes e pelos que ainda estão por ser

derrubados são a força social capaz de mudar o curso da arremetida militar do imperialismo. Isso porque protagonizam as mudanças por meio da luta de classes – ao contrário da luta étnico-religiosa fratricida, predominante nas guerras civis, como se passa na Síria.

A ausência do proletariado como força organizada pelo partido revolucionário nas insurreições contra velhas ditaduras (que expressam etnias e sustentam a feudal-burguesia) impossibilita impulsionar as revoluções democráticas como meio de expulsão do imperialismo e instrumento de transformações socialistas.

Nota-se o quanto grave tem sido o fortalecimento militar do sionismo israelita e sua expansão no território palestino, sem que as massas oprimidas possam se unificar sob as bandeiras e métodos de combate do proletariado local e mundial. É poderosa a necessidade de Israel e do imperialismo de destruir o nacionalismo iraniano – o único que se firmou e que resiste às pressões das potências. Mas não pode ser referência para os explorados, uma vez que serve à ordem capitalista e à feudal-burguesia da região.

Nenhum governo democrático ou ditadura nacionalista pode enfrentar consequentemente o imperialismo. Esse é o drama vivido na Síria, em todo Oriente Médio e Norte da África, onde têm ocorrido os levantes e as guerras civis. Essa condição histórica negativa, no entanto, traz no seu interior as

Bolívia

Situação do movimento operário e a necessidade do partido mundial da revolução socialista: a IV Internacional

A crise do capitalismo é estrutural, a grande propriedade privada dos meios de produção impede o pleno desenvolvimento das forças produtivas, que chegaram a um ponto em que a tecnologia moderna permite a humanidade se libertar, em grande medida, do trabalho mediante a automatização da fábrica.

Essa possibilidade material, entretanto, é inaplicável nos marcos do capitalismo. Sua aplicação maciça significaria de um lado, o desemprego de milhões de trabalhadores, que não poderiam ser absorvidos no setor de serviços, estreitando o mercado. Por outro, elevaria a produtividade do trabalho de tal forma que o valor das mercadorias (tempo de trabalho humano socialmente necessário) cairia dramaticamente e com ele a taxa de lucro (relação entre a mais-valia obtida e o capital investido) do burguês.

Grandes capitais, ao não encontrarem espaço para ser investidos na produção, se convertem em capitais especulativos através da banca internacional, buscando ganhos com “valores” fictícios que não geram riqueza e que terminarão por desabar na chamada crise financeira. Por outro lado, tem-se imigrado para os países asiáticos, especialmente a China, onde há abundância de mão-de-obra barata para superexplorar. Ocorre o fenômeno da emergência da economia chinesa, convertida em paraíso para a exploração da força de trabalho pelo capital financeiro, protegido pelo punho de ferro da burocracia estalinista chinesa, que ameaça superar as maiores potências im-

contradições. As massas em luta contra as ditaduras agem progressivamente, apesar de suas direções nacionalistas ou pró-imperialistas. Os explorados são o motor da história.

Os novos governos que sucederam às ditaduras e o imperialismo não têm nada a oferecer de bom aos pobres e famintos. Esse também é o destino da Síria, seja o resultado final que for, considerando as atuais relações de força nos combates.

É bem provável que os choques ainda mais violentos estão por vir, motivados pelo expansionismo de Israel e pelos interesses das potências na região petrolífera. O curso dos acontecimentos indica que os povos oprimidos estão objetivamente caminhando em contraposição ao imperialismo. O que não deve obscurecer suas relações com as direções pró-imperialistas e a necessidade de se opor à intervenção externa.

A defesa da autodeterminação das nações oprimidas perante o imperialismo é a bandeira que congregará a maioria explorada. A autodeterminação assume um conteúdo mais amplo que o original direito de separação. Expressa a soberania plena da nação semicolonial. Somente os sírios podem derrubar seu governo e constituir outro. A intervenção das potências constitui a violação da autodeterminação da Síria. É preciso que o proletariado mundial e sua vanguarda organizada rechacem os bombardeios de Israel, a presença do imperialismo na guerra civil e uma possível intervenção militar.

perialistas mundiais, os Estados Unidos e Europa juntos. Esse fenômeno fez com que, em meio à crise capitalista, a demanda chinesa de matéria-prima tenha mantido seus preços em níveis espetaculares, beneficiando as economias dos países atrasados assentadas na produção de matérias-primas. Não há dúvida que a situação é instável e que, se a crise mundial se converter em recessão mundial, a economia da China pode vir abaixo e com ela se derrubarem os preços das matérias-primas.

Apesar de que o capitalismo atravessa uma profunda crise da qual não consegue sair, mundialmente se apresenta o fenômeno do retrocesso político do proletariado. Observa-se um estacamento dessa classe social, que é a chave do processo político.

A bancarrota dos países socialistas pela ação destruidora do estalinismo contrarrevolucionário provocou a desilusão no movimento operário mundial e a debilidade e a fragmentação da IV Internacional têm impedido que a classe operária mundial constitua uma direção revolucionária que organize superando o fracasso o estalinismo.

A classe operária e as massas em geral são as que suportam o peso gigantesco da derrocada do capitalismo. O que se passa em nível mundial não é senão a agonia da sociedade capitalista. E caso não encontremos a resposta revolucionária ao problema, marchamos diretamente para a barbárie capitalista com todas as atrocidades da superexploração imperialista, das guerras civis sem perspectivas, das massas em luta atoladas

pelas frações das próprias oligarquias dominantes nos países do Oriente Médio, da fome e da miséria crescentes de milhões de seres humanos nos países atrasados, etc.

“Todas as monstruosidades que aparecem diariamente e o enorme peso do capitalismo na decomposição que vem sendo descarregada sobre os setores populares e sobre o próprio proletariado demonstram que o capitalismo já está maduro para ser convertido em comunismo” (G.Lora)

Não podemos deixar de concordar com Trotsky que a crise da humanidade é a crise de direção revolucionária. A única resposta possível, além de necessária, à crise estrutural capitalista é a revolução socialista, isto é, a destruição da sociedade assentada na grande propriedade privada dos meios de produção, para dar nascimento à nova sociedade socialista, na qual os meios de produção serão propriedade social. Somente

assim será possível produzir utilizando a plenitude da tecnologia moderna para trabalhar menos e usufruir mais, já que a produção não estará centrada na busca do lucro pelo burguês, mas sim na satisfação das necessidades sociais sem finalidades lucrativas.

Somente a classe operária, por ser a classe que produz socialmente e não tem nenhuma forma de propriedade sobre os meios de produção, tem a capacidade de levar adiante esta revolução, com a condição de ter-se organizado como classe consciente, isto é, de ter-se organizado em seu próprio partido político mundial. A tarefa transcendental que corresponde materializar é a de reconstruir a IV Internacional como partido mundial do proletariado.

(Extraído do Jornal Massas, nº 2.308, 1º de maio de 2013, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Chile: A luta de classes e a Unidade Popular (UP) - Parte III

As organizações sindicais camponesas sob o governo frente-populista da UP

Lucas Martínez

Os dois primeiros textos de nosso estudo sobre o Chile, publicados no *Massas* 452 e 453, são parte de um trabalho mais amplo sobre a estruturação das classes e suas projeções no contexto mais geral do processo político e histórico chileno e latino americano. O que agora publicamos, e o que seguirá depois, trata sobre as organizações sindicais agrárias e suas relações com a UP e a Reforma Agrária.

O período de 1970 a 1973 constitui o maior laboratório social e histórico do experimento etapista e democrático-burguês de aplicar uma ampla Reforma Agrária separada da estratégia e dos métodos da revolução proletária na época do domínio do capital monopolista (a etapa imperialista).

Com a chegada de Salvador Allende ao governo, as organizações sindicais agrárias (de assalariados, camponeses, capitalistas agroindustriais e latifundiários) alcançarão sua máxima expressão política e organizativa. A extensão do peso social e político dos sindicatos agrários correspondia a um aprofundamento da Reforma Agrária pelos governos democrata-cristão e allendista.

Desenvolvimento das organizações sindicais camponesas de 1967 a 1973

Durante o período 1970-1973, o movimento sindical agrário mais que dobrará seu número de filiados, alcançando assim uma expressão nacional mais homogênea e rompendo o corporativismo regionalista. Várias leis promulgadas pelo governo de Frei (Democracia Cristã, 1965-70) serviram a este propósito e ajudaram a legalizar as organizações sindicais camponesas e de assalariados agrícolas (Lei 16.625). Os sindicatos (por comuna ou departamento)¹ passarão a formar Federações Provinciais e Confederações Nacionais. Outorgar-se-ão fóruns sindicais e se estabelecerá um mecanismo de financiamento dos sindicatos com aportes de filiados, do Estado e/ou das patronais.

1 Unidades administrativas e territoriais correspondentes a municípios e estados.

Outro fator internacional terá um peso determinante na abertura reformista dos democratas cristãos. A experiência Cubana demonstrava o peso e a importância do problema camponês como motor de processos revolucionários; mas também do perigo de sua união com o movimento operário.

Até 1965, os pequenos camponeses e minifundistas somavam 350.000 produtores agrícolas. Se os “cooperativistas” e assalariados das produções capitalistas agroindustriais e das fazendas fossem contabilizados, o número e peso social dos explorados e oprimidos do campo indicavam que representavam um sério perigo para a estabilidade de um regime que acentuava os antagonismos de classe.

A burguesia temia um movimento generalizado dos pobres do campo e a aliança operária e camponesa. Com a *Aliança para o Progreso*, o imperialismo sinalizará aos governos do continente a urgência de deter a explosividade dos conflitos agrários e os obrigará a implementar uma “Reforma Agrária” controlada e administrada pela burguesia e pelos latifundiários. Os Estados Unidos pressionarão Frei para que realize uma Reforma Agrária limitada para frear a radicalização camponesa e evitar que desemboque em uma revolução agrária na aliança com o proletariado. A política democrata cristã se dirigirá a implementar os meios para subordinar e cooptar seus líderes sindicais. A regulação legal das atividades sindicais e sua participação nos organismos estatais, encarregados de aplicar as medidas práticas da reforma, irão criando as condições para sua cooptação político-partidária.

As organizações sindicais ligadas à Democracia Cristã crescerão exponencialmente e superarão as outras em tamanho, privilégios e conquistas para suas bases de 1967 até 1970.

É o que se comprova com *Triunfo Camponês* (CTC), que durante o governo Frei passou de 26.827 filiados a 64.000. O mesmo sucederá logo sob o governo de Salvador Allende com a *Confederação Rancuile* e a *Unidade Operário Camponesa* (UOC), as duas maiores organizações ligadas à UP.

Definitivamente, as leis sindicais foram medidas para in-

tegrar os movimentos camponeses sob o comando burguês ou pequeno-burguês, abortando suas tendências mais radicalizadas e expropriando suas reivindicações para integrá-las a suas plataformas eleitorais e logo atolá-las no jogo parlamentar, nos buracos da legalidade e nos corredores dos tribunais burgueses.

Divisões organizativas, conflitos interburgueses e antagonismos de classe

Um problema adicional confluirá para sustentar este estado de coisas. A organização da produção nos terrenos já expropriados transformará os sindicatos em associações de produtores, dissolvendo-se, assim, as organizações sindicais, uma vez alcançados seus objetivos de propriedade e posse da terra.

Repetia-se a experiência da Rebelião agrária de Ranquil, na região de Lonquimay, de 1934. Os camponeses que se viam beneficiados pela reforma e tinham acesso a terras, transformando-se em proprietários, rapidamente se distanciavam do sindicato e resistiam a apoiar os que ainda lutavam.

Será essa herança a que será retomada e potenciada pela UP. A estatização sindical camponesa e o reforço de suas tendências conservadoras serão superiores à experiência democrata-cristã, pois sua base social era mais ampla e os alcances das medidas da Reforma Agrária de seu governo eram mais profundos.

As confederações Ranquil e UOC serão os apoios fortes do governo. Esta última, uma divisão da CTC, expressava as divisões que se operavam na base partidária da UP. Do outro lado se localizavam *Triunfo Camponês* e *Províncias Agrárias Unidas* (PAU), e em menor grau a *Confederação Liberdade e Sargento Candelária* (da Igreja Católica). Eram a oposição camponesa ao governo. O PAU era promovido pelas organizações empresariais e lutou contra as expropriações de Allende.

Outras organizações de pequenos e médios proprietários agrícolas se viram arrastadas pela crescente polarização política e de classe. A *Confederação de Pequenos Agricultores* (donos de suas terras) vacilará no começo para logo se somar à oposição. A *Confederação Nacional de Mapuches*, pelo contrário, participou na legislação sobre direitos indígenas do Governo allendista e foi parte das mobilizações camponesas, ainda que tenha se distinguido como nação-classe ao exigir que devolvessem a totalidade de seus territórios ancestrais e que se reconhecesse seu direito à autodeterminação.

No entanto, essas divisões se operavam principalmente nas cúpulas, associadas e ligadas aos partidos políticos do governo ou da oposição burguesa. Pela base, o movimento era bem outro. Golpeadas pela miséria e pela falta de terras, ou enfrentadas com seus chefes – que solucionavam seus próprios problemas ou os de suas facções, enquanto se arrastava indefinidamente a situação de incerteza de suas bases –, não poucas vezes as bases de uma ou outra organização romperão os estreitos marcos sindicais e partidários, somando-se a ações e mobilizações de outras organizações sindicais.

Contudo, o governo encontrará seus melhores pontos de apoio nos *Conselhos Camponeses* (comunais, provinciais e nacionais) que agrupavam diferentes camadas camponesas e suas organizações sindicais. Constituíam o apoio social mais ativo do governo, ainda que não contassem com recursos nem su-

porte legal.

O desenvolvimento da luta de classes e o posterior giro direitista do governo levarão a uma divisão em seu seio. De um lado, os “conselhos por decreto” (62% do total) nos quais o governo definia sua composição e atribuições (geralmente de “assessoria”), e era formado por dirigentes das organizações existentes e por funcionários do governo em igual proporção. Do outro, os “conselhos pela base” (12% do total), criados como resultado das mobilizações camponesas e das ocupações de latifúndios, formados por delegados votados pela base, fossem sindicalizados ou não.

Esta divisão refletia um lento, mas sustentado, processo de rupturas internas na UP. A luta de classes impunha aos comitês próximos a suas bases uma viragem à esquerda. Mais acentuada quanto mais o governo e os chefes sindicais nacionais do campesinato, por cima, se direitizavam.

Os conselhos “pelas bases” e os “por decreto” manifestavam a polarização social e sinalizavam as vias pelas quais as camadas camponesas mais radicalizadas começavam a dar os primeiros passos de sua independência política e organizativa frente ao governo frente-populista. Mas por sua composição de classe e seu pertencimento político, estas se verão permeabilizadas entre si e oscilarão periodicamente de um lado ao outro, conformando-se os chamados “conselhos ampliados” (25% do total).

O proletariado agrícola, que ganhava peso social e presença ao ampliar-se e estender-se a grande produção capitalista agroindustrial, não conseguirá adquirir durante todo o governo allendista uma fisionomia de classe própria, e não organizará suas próprias agremiações sindicais para lutar por seus interesses específicos. Em sua grande maioria, os assalariados agrícolas acabarão fazendo parte dos sindicatos camponeses existentes, o que levará a se diluírem como classe frente ao campesinato e à sua subordinação aos pequenos e médios proprietários, à UP e à conciliação de classes.

Resultados e perspectivas das organizações camponesas sob o governo allendista

Até 1973, 4.401 prédios terão sido expropriados, totalizando 6.401.315 hectares (ha). 438.858 ha irrigados (35,3% do total), 1.132.382 ha de terras aráveis (32,1% do total) e 4.830.073 ha de terras não aráveis (41,1% do total). 39.869 famílias camponesas se beneficiaram com a Reforma Agrária allendista.

No entanto, as expropriações realizadas, e generosamente pagas, em sua imensa maioria foram realizadas porque os terrenos excediam o tamanho estipulado pela reforma, o que deixava de fora as explorações agrícolas ou as propriedades menores que 80 ha. Assim, concluirá a expropriação conforme o programa do governo da UP. Este plano conseguirá, até certo ponto, frear e fazer retroceder uma tendência de proletarianização do campesinato resultante do crescimento da expansão agroindustrial e a expulsão do campesinato de suas terras. Os beneficiados voltarão a sua situação de proprietários e retornarão ao caminho de seu conservadorismo e isolamento territorial.

Ao não tocar na grande parte da propriedade capitalista e latifundiária agrária, expropriando e transformando seus meios de produção em propriedade social, cortando deste modo as bases materiais de seu domínio e ampliando a luta de

classes no campo, a Reforma Agrária contribuirá para perfurar a base frente-populista e reforçar uma dupla tendência camponesa frente à ausência de um programa e um partido proletário. A primeira, a progressiva desapareição das organizações sindicais camponesas na medida em que se tem acesso à terra. A segunda, a viragem de posições combativas a posições conservadoras, do apoio ao governo à oposição ou à indiferença frente ao governo.

Punha-se assim em cena o caráter vacilante e dependente do campesinato a respeito das classes polares da sociedade. Quando se proletarizava – ou tendia a se proletarizar –, o campesinato se aproximava da classe operária e compartilhava o mesmo campo de luta contra a grande propriedade privada. Quando solucionava seu problema como proprietário, abandonava seu aliado de véspera e se transformava, ou em base de apoio da oposição ou ficava indiferente a respeito da luta de classes.

Finalmente, durante todo o processo, a UP verá como em seu seio se ampliarão e extremarão as disputas entre suas diversas frações enfrentadas por posições, mais ou menos radicalizadas, sobre a necessidade de aprofundar os ataques à propriedade privada e aos partidos da reação. O que não significava que o governo perdia apoio camponês. O conservadorismo resultante das conquistas reformistas se combinava com a virada direitista do próprio governo. A perda de uma parte de sua base se acentuará nos setores mais radicalizados do proletariado, campesinato e estudantado.

O golpe militar mergulhará em sangue as frações radicalizadas e sumirá no terror as restantes. Mas a ditadura não foi apenas o resultado da perda de apoio e coesão do governo al-

lendista. Foi também o reconhecimento da grande burguesia de sua incapacidade para frear a luta de classes e a revolução que se gestava. A isto se combinarão as divisões partidárias, a regionalização dos conflitos, as situações criadas pelo acesso de um setor do campesinato à propriedade da terra, o isolamento territorial, a polarização resultante da luta proletária na cidade, a viragem direitista do governo e, principalmente, a ausência de uma direção revolucionária, o que levará a uma relação flutuante e contraditória dos camponeses com o allendismo.

Estavam assim criadas em parte as bases – objetivas e subjetivas – de uma polarização social e política que será determinante para o posterior desenvolvimento do processo contrarrevolucionário pinochetista.

A UP avançará mais que nenhum outro governo anterior na Reforma Agrária, ainda que a faça, como seus antecessores, respeitando as instituições burguesas e com o método de conciliação de classes. Por essa via se demonstrará impossível consumá-la ao não existir nenhuma possibilidade de superar o atraso e a condição semicolonial sob a opressão imperialista mundial.

A Reforma Agrária só poderia se cumprir transformando-se em revolução agrária, em parte integrante da revolução proletária. O governo allendista, experiência rica em transições sociais e viragens políticas, nos permite contrapor o marxismo-leninismo-trotskismo a todas as tentativas nacionalistas burguesas ou pequeno burguesas de “reformular” o capitalismo e subverter sua estrutura econômica por meio da regulação pacífica dos antagonismos sociais e dos métodos democráticos burgueses.

As duas cartas publicadas abaixo constam das Obras Completas de Guillermo Lora, fazendo parte do documento “Mais sobre o trabalho no seio da Internacional – algo sobre as relações com o CORQUI”. As cartas de P.V. e L.T. são mais um testemunho sobre o caráter faccional da expulsão do PO argentino do Comitê de Reorganização da IV Internacional, dirigido pela Organização Comunista Internacional francesa. Nesse processo, o POR boliviano encerrou sua experiência com o lambertismo. Certamente, Lora publicou as duas cartas como documentos reveladores do sectarismo a que chegaram os revisionistas do trotskismo. Os leitores terão, provavelmente, dificuldades em entender plenamente o contexto em que foram redigidas as duas cartas. Caso recorram aos documentos anteriores publicados por nós poderão melhor situar e avaliar o valor delas.

Primeira Carta à Organização Quarta Internacional da Espanha

Madrid, 2 de março de 1979

À "Organização Quarta Internacional da Espanha":

O motivo pelo qual escrevemos esta carta é o de explicar o tipo de método utilizado pela OCIE em sua aplicação das resoluções do último Burô Internacional, que levou à saída da organização de um camarada do Comitê Central e à expulsão de dois militantes da OCIE.

Quando a OCI nos informou da resolução do Burô Internacional expulsando “Política Obrera”, da Argentina, expusemos nossa opinião de que, se bem compartilhávamos das posições políticas do CORQUI a respeito dos pontos em debate com Política Obrera, estranhávamos o procedimento desta expulsão, de como uma organização pode permanecer durante anos no Comitê de Organização com posições políticas que a OCI con-

siderava incompatíveis com a permanência no CORQUI, e logo ser excluída sem prévia discussão, do desprezo às consequências que isso trazia ao Comitê de Organização Revolucionária da Quarta Internacional (a saída do Partido Operário Revolucionário boliviano...), e da valoração que se fazia do grau de construção e homogeneização em que se encontra o CORQUI.

Mais do isso, nos estranhou a notícia de que o Burô Político havia proibido a participação na palestra do camarada Guillermo Lora em Madri, palestra que assistiram dois membros do Burô Político que foram depois ler um comunicado e a petição de expulsão de dois camaradas por ter assistido a palestra. Além dos métodos para discutir com Lora e trazê-lo de novo ao CORQUI parecia uma provocação.

Se acrescentamos que a Organização Quarta Internacional da Espanha jamais discutiu em nenhum de seus organismos sobre as posições de PO, nem sobre os problemas da situação latino-americana, que se negou a discutir praticamente as resoluções do BI, que não se informou aos militantes destas por mais de um mês... compreenderás por que considerávamos improcedente a expulsão de alguns camaradas que compar-

tilham as posições políticas da OCIE, pelo fato de assistir a palestra de Guillermo Lora. O Burô Político da OCIE reagiu excluindo-me da organização pelo fato de votar contra a resolução de expulsão desses camaradas.

A progressiva sectarização da OCIE está introduzindo em uma dinâmica de auto aniquilamento político e organizativo. A OCIE jamais foi uma organização centralizada democraticamente, mas o mais alarmante é o desprezo existente em sua direção por estruturar-se segundo os princípios leninistas.

Cada vez mais, o que determina a evolução da OCIE não são as necessidades da luta de classes, mas sim suas necessidades de preservação como aparato. A OCIE só se mantém na medida em que reivindica do CORQUI, mas através disso, é o próprio CORQUI o que se responsabiliza da nova caricaturização que nos oferece do trotskismo.

Por manter seus antisindicalistas “comitês pela unidade operária”, que participa no referendunho do dia 6 de dezembro defendendo o **não**, que centraliza sua atividade em uma defesa estéril e vazia da greve geral, a OCIE se auto afirma como a organização que jamais poderá ser, e eliminar todos aqueles que questionam seu caminho para o suicídio político.

P.V.

Segunda Carta

25 de março de 1979

Aos camaradas da Organização Quarta Internacional:

À raiz da expulsão do PO argentino e da saída do POR da Bolívia do CORQUI, se desenvolveu na OCIE uma série de fatos que considero muito graves e por consequência tomei a decisão de sair da organização.

Depois da saída do POR-Bolívia do CORQUI, o camarada Guillermo Lora veio à Madri dar uma palestra sobre a situação política de seu país. A OCIE proibiu a participação de seus militantes da referida palestra. Os camaradas Ali. e Car. a assistiram devido a amizade pessoal com Lora. A reação da OCIE não foi outra senão a de aplicar a máxima sanção que uma organização comunista tem a seu alcance: a expulsão imediata.

Isso tem em si mesmo uma grande importância. A expulsão de um militante comunista deve ser aplicada só em caso de extrema gravidade. A participação na conferência do camarada Lora, onde havia escassamente vinte pessoas, não parece ser uma falta excessivamente grave. Trata-se assim de extrapolar fora de seus limites uma discussão política e levá-la por um caminho que não conduz a nenhum tipo de esclarecimento. Mas esse tipo de decisão revela uma grave incompreensão do momento do desenvolvimento em que se encontra nossa organização.

Chamar o boicote à palestra de Lora não ia ter o menor efeito na luta de classes na Espanha e internacional a não ser agravar a situação na OCIE e aparecer perante a pequena área de simpatizantes como um grupelho lutando à morte contra um fantasma (o POR-Bolívia na Espanha). Essas são atitudes próprias de grupelhos maoístas, mais interessados em destruir-se mutuamente do que em construir o partido revolucionário. Nós trotskistas julgamos a importância de uma ação pela sua repercussão na luta de classes ou pelo impulso que traz para o

partido revolucionário.

Desgraçadamente, para a OCIE este grave erro tem uma raiz política: a crença de que a OCIE é hoje em dia uma organização amplamente construída e solidamente desenvolvida. Como consequência, cabe pedir a seus militantes um férreo centralismo democrático e uma obediência total aos estatutos (ainda não redigidos). Havia, portanto, que cerrar fileiras diante da grave agressão a nosso partido supondo que se tratasse de uma palestra de Lora diante do proletariado espanhol. Mas isso não ocorre na imaginação dos dirigentes da OCIE. Na realidade, os fatos se desenvolveram entre um reduzido grupo de militantes da OCIE, PO argentino e o camarada Lora.

Essa crença de que a OCIE é já um partido fortemente desenvolvido levou a direção a decidir-se pelo “NÃO” à Constituição, procurando atrair para si os aparatos, oferecendo um pacto entre aparatos em igual estado de desenvolvimento, sem dar-se conta de que hoje nossa influência sobre eles pode ser em nível de suas bases alimentando-as como elementos políticos.

Levou, também, ao intento de criar “poderosos” Comitês de unidade operária cujo fracasso estrondoso marcou o declínio político e sindical de muitos de nossos camaradas. O intento de organizar a FUE com base a nossas próprias forças parte do mesmo tipo de concepção sobre a organização que possuímos.

Mas a mania de perseguição da direção não se limitou à expulsão dos camaradas Car. e Ali., mas também expulsou o camarada P.V.: pela “transgressão” ao centralismo democrático que, segundo parece, supõe votar contra a direção na hora de ratificar sua postura sobre o camarada Ali. Esta decisão é absolutamente injustificável. O partido deve garantir em seu interior a mais ampla discussão, não excluindo os militantes que se oponham à “postura oficial”.

Expulsos dois camaradas de minha célula (Ali e P.V.), a célula ficou reduzida a outros dois camaradas: o responsável político e eu. Por razões que ainda desconheço, não fui integrado em outra célula, nem se ampliou a que já existia com outros militantes. Nessas condições, o debate político é praticamente impossível e o partido passa a ser o instrumento de transmissão oral das ordens irmanadas do órgão imediatamente superior.

Todos esses fatos me obrigaram a deixar a militância na OCIE. Decidi integrar-me à organização PO (E) e desenvolver ali a linha política que a OCIE não quer ou não pode desenvolver devido ao tipo de estrutura que havia chegado.

Espero, camaradas, que ratifiquem seus erros. Se o fazem, e assim o demonstre sua prática política diária, serei o primeiro a reintegrar à organização. Do contrário, corre o perigo de se converter em um pequeno grupo ossificado que em nada poderá contribuir para a luta de classes do proletariado espanhol. Tenham presente que o desenvolvimento de uma organização é por sua implantação na luta de classes.

Saudações revolucionárias

L.T.

(Publicadas no capítulo “As relações com o CORQUI”, nas Obras Completas, de Guillermo Lora, tomo LXIV -1996-1997), ediciones Masas, 2001).